

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

EMPREGO FORMAL FEMININO X ESCOLARIDADE: UMA  
COMPARAÇÃO ENTRE 1990, 2000 E 2010 NO ESTADO DO  
AMAZONAS

Bolsista: Mariana Souza dos Santos

Manaus

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATORIO FINAL

PIB-SA/0089/2013

EMPREGO FORMAL FEMININO X ESCOLARIDADE: UMA  
COMPARAÇÃO ENTRE 1990, 2000 E 2010 NO ESTADO DO  
AMAZONAS

Bolsista: Mariana Souza dos Santos

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Msc. Lenice Ypiranga Benevides de A. Vieira Sá

Manaus

2014

## RESUMO

A nova conjuntura que vem sendo apresentada pelo mercado de trabalho evidencia a inserção em massa do sexo feminino nas principais áreas produtivas. Esse mercado onde a mulher tem cada vez mais significativa importância deu-se também pelo maior nível de instrução da mesma a partir dos anos 1990 e 2010, acarretando em números elevados de admissões do sexo feminino em setores onde a predominância era basicamente masculina. Deste modo, com o intuito de analisar a evolução do emprego formal feminino no Estado do Amazonas, tornou-se necessário identificar (i) quais razões implicaram numa maior participação da população feminina em relação à participação masculina no mercado de trabalho formal brasileiro a partir dos anos 90; (ii) quais os principais setores da atividade econômica a mão de obra feminina estava empregada no mercado de trabalho formal no Estado do Amazonas em 1990, 2000 e 2010; e (iii) qual o grau de instrução da mão de obra feminina formal no Estado do Amazonas predominava nos anos 1990, 2000 e 2010. O estudo constatou que o aumento da participação da mão de obra feminina no mercado de trabalho se deve principalmente à queda da taxa de fecundidade - pois com uma quantidade menor de filhos as mulheres podem se dedicar mais nas tarefas domésticas e no trabalho, ao contrário do que quando tinham um número de filhos maior; à expansão da escolaridade que por sua vez torna possível o ingresso à novas oportunidades de trabalho e à globalização. Quanto aos setores da atividade econômica em que predominava a mão de obra de feminina no mercado de trabalho formal no estado ao longo das décadas analisadas, destacam-se a administração pública, a indústria de transformação e comércio. No que diz respeito ao grau de instrução, em 1990, predominava entre o total de mulheres que ocupavam um cargo na administração pública o ensino médio completo. Na indústria de transformação, eram mulheres com 6<sup>a</sup> ao 9<sup>o</sup> ano do ensino fundamental e, no comércio, o grau de instrução predominante entre elas também foi o ensino médio completo. Nos anos 2000 e 2010, o grau de instrução predominante entre o total de mulheres que ocupavam um cargo nos setores citados era o ensino médio completo.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comportamento da inflação mensal - IGP - DI - 1985- 1996 (%).....	14
Gráfico 2 - Variação percentual do PIB real desde 1990. ....	16
Gráfico 3 - Comportamento da inflação mensal - IPCA 1995 a 2013 (%). ....	18
Gráfico 4 - Dívida Líquida do Setor Público, Brasil - 1990 a 2013 (%). ....	23
Gráfico 5 - População Total e População Economicamente Ativa (PEA) como percentagem da população total, Brasil: 1980-2009.....	26
Gráfico 6 - Taxa de participação por gênero, Brasil: 1991, 2000 e 2010.....	28
Gráfico 7 - Taxa de desemprego por gênero, Brasil: 1992, 2000 e 2010.....	29
Gráfico 8 - Taxa de ocupação por gênero, Brasil: 1992, 2000 e 2010. ....	30
Gráfico 9 - Participação da mulher no Mercado de Trabalho Formal brasileiro em %. ....	35
Gráfico 10 - Participação da mulher no Mercado de Trabalho Formal no AM (%) - 1990 a 2010. ....	38
Gráfico 11 - Porcentagem de trabalhadores formalmente empregados analfabetos - 1990 a 2010. ....	41
Gráfico 12 - Proporção da força de trabalho analfabeta formalmente empregada no Brasil, segundo o sexo, nos anos 1990 a 2010 (%).....	42
Gráfico 13 - Proporção da força de trabalho analfabeta formalmente empregada no Amazonas, segundo o sexo, nos anos 1990 a 2010 (%). ....	43

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas médias de crescimento, Brasil - 1990, 2000 e 2010 (%). .....	17
Tabela 2 - Balanço de Pagamentos no Brasil 1990 - 2010 (US\$ Milhões). .....	201
Tabela 3 - Indicadores do mercado de trabalho, Brasil - 1995-2002. ....	27
Tabela 4 - População Economicamente Ativa ( PEA em milhão) – Brasil, 1950 a 2000 e 2007) .....	27
Tabela 5 - Participação feminina em ocupações selecionadas - Brasil .....	30
Tabela 6 – Valor do rendimento real médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por sexo no Brasil 2000-2010. ....	32
Tabela 7 - Evolução do Emprego Formal no Brasil - 1990, 2000 e 2010. ....	34
Tabela 8 - Número de Empregos Formais por Setor de Atividade Econômica - Brasil.....	35
Tabela 9 - Taxa de fecundidade total e diferença relativa, segundo as Grandes Regiões - 2000/2010. ....	36
Tabela 10 - Estoque de Empregos Formais no Amazonas por gênero. ....	38
Tabela 11 - Participação da população no Mercado de Trabalho Formal Amazonense, segundo sexo - 1990 a 2000. ....	39
Tabela 12 - Proporção de mulheres entre os trabalhadores formais segundo grau de escolaridade - Brasil, 1990 - 2010 (%). ....	44
Tabela 13 - Proporção da força de trabalho feminina formalmente empregada no Amazonas, segundo grau de instrução e setores selecionados, nos anos 1990 (%). ....	44
Tabela 14 - Proporção da força de trabalho feminina formalmente empregada no Amazonas, segundo grau de instrução e setores selecionados, nos anos 2000 (%). ....	45
Tabela 15 - Proporção da força de trabalho feminina formalmente empregada no Amazonas, segundo grau de instrução e setores selecionados, nos anos 2010 (%). ....	45

## LISTA DE SIGLAS

PIM - Polo Industrial de Manaus

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

PIB - Produto Interno Bruto

FMI - Fundo Monetário Internacional

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

PEA - População Economicamente Ativa

PIA - População em Idade Ativa

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2 ANÁLISE DA DINÂMICA DA ECONOMIA BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1990 A 2010 .....	12
2.1 A década de 1990: uma década de transformações econômicas.....	12
2.2 A década de 2000.....	14
2.3 Análise dos principais indicadores macroeconômicos durante as décadas de 1990 a 2000.....	16
2.3.1 Produto Interno Bruto - PIB .....	16
2.3.2 A evolução da taxa de inflação.....	18
2.3.3 O comportamento Balanço de Pagamentos nas décadas de 1990 a 2010 .....	18
2.3.4 A Dívida Líquida do Setor Público - DLSP (% PIB).....	22
3 ANÁLISE DA INSERÇÃO DA MÃO DE OBRA FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO ATRAVÉS DE ALGUNS INDICADORES.....	24
3.1 O aumento da participação da mulher brasileira no mercado de trabalho.....	24
3.1.1 Indicadores selecionados do mercado de trabalho .....	25
4 A ANÁLISE DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL.....	33
4.1 A evolução do emprego formal no Brasil a partir de 1990 até 2010 .....	33
4.1.1 A participação feminina no emprego formal brasileiro.....	35
4.2 A evolução do emprego formal feminino no estado do Amazonas.....	37
5. A INTERAÇÃO DO NÍVEL DE INSTRUÇÃO E EMPREGO FORMAL FEMININO EM 1990, 2000 E 2010 NO AMAZONAS .....	40
5.1 A relação entre escolaridade e economia na teoria econômica .....	40
5.2 Emprego formal e escolaridade no Brasil e no Amazonas.....	41
5.2.1 Evolução do grau de instrução da mão-de-obra feminina nos anos 1990, 2000 e 2010 .....	43
CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS .....	48

## INTRODUÇÃO

A nova conjuntura que vem sendo apresentada pelo mercado de trabalho evidencia a inserção em massa do sexo feminino nas principais áreas produtivas tais como: construção civil, serviços prestados a empresas, comércio e indústrias. Tais mudanças afetam toda a dinâmica social antes estabelecida, que as mulheres prioritariamente devem casar-se, ter filhos anulando a escolaridade e em consequência da não qualificação a entrada no mercado de trabalho.

Esse mercado onde a mulher tem cada vez mais significativa importância deu-se também pelo maior nível de instrução da mesma a partir dos anos 1990 e 2010, acarretando em números elevados de admissões do sexo feminino em setores onde a predominância era basicamente masculina.

Vários estudos sobre a crescente participação da mulher no mercado de trabalho concluem que esse aumento das mulheres tem vários motivos, e não somente a mudança de padrões culturais. “Na literatura nacional há um consenso de que o fator primordial a determinar a “feminização” do mercado de trabalho é o aumento do nível de escolaridade da mulher brasileira nos últimos anos, graças à evolução dos seus valores sociais. Este fator tem levado também à queda da taxa de fecundidade devido à adoção de métodos anticoncepcionais, os quais se tornaram mais acessíveis e diversificados nos últimos tempos. Desse modo, mulheres mais instruídas acabam tendo menor número de filhos, o que as torna mais disponíveis para a atividade econômica” (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1996 apud MAIA; LIRA).

Mesmo com o aumento da participação do sexo feminino no mercado de trabalho, nos mais diferentes setores, não podemos fechar os olhos para a discriminação que ainda é praticada entre o sexo masculino e feminino seja nas diferenciações salariais, seja nas ocupações de altos cargos. Todavia vale ressaltar que ao compararmos a mulher da década de 90 com a mulher de 2000 vislumbraremos vários questionamentos a serem estudados nesta pesquisa, tais como:

Quais razões implicaram numa maior participação da população feminina em relação à participação masculina no mercado de trabalho formal brasileiro a partir dos anos 90?

Quais os principais setores da atividade econômica a mão de obra feminina estava empregada no mercado de trabalho formal no Estado do Amazonas em 1990, 2000 e 2010?



Qual grau de instrução da mão de obra feminina formal no Estado do Amazonas predominava nos anos 1990, 2000 e 2010?

Identificados os setores de atividade econômica nos quais apresentaram maior aumento da participação feminina, gostaríamos de saber qual foi o grau de instrução preponderante para o emprego formal nestas atividades em 1990, 2000 e 2010?

A crescente participação da mulher no mercado de trabalho, observada nos últimos dez anos no Brasil, pode ser justificada por vários fatores como: elevação do nível educacional do sexo feminino, crises econômicas que obrigaram estas mulheres a contribuírem na renda familiar dentre outros fatores que serão explicitados no decorrer da pesquisa.

No que diz respeito à escolaridade, na cidade de Manaus pode-se observar que nas escolas de ensino fundamental e ensino médio têm-se números representativos de concluintes do sexo feminino, no ensino superior não é diferente, são maioria nos cursos de saúde principalmente enfermagem, na área de humanas e elas estão também nas áreas de exatas como: engenharia civil, engenharia de produção, matemática, física entre outros. Cursos estes que são redutos do sexo masculino.

Em Manaus, estado do Amazonas, por exemplo, há um grande contingente de indústrias no PIM (Polo Industrial de Manaus) que majoritariamente preenchia as vagas de trabalho com o sexo masculino e como argumentos para tal dinâmica dizia-se que existem tarefas não executáveis por mulheres por conta da não qualificação da mesma, periculosidade e força usada no desenvolvimento da atividade, porém as mulheres da década de 90 quebraram esse paradigma ao iniciarem cursos profissionalizantes e técnicos voltados para a indústria, buscaram a sua inserção e assim as mulheres têm conseguido mais abertura nesse setor, antes fechado para o universo feminino.

A maioria dos pesquisadores tais como: Katy Maia, Cristina Bruschini, Maria Rosa Lombardi dentre outros enfatizam que o investimento na mulher produz resultados significantes. O impacto produzido na sociedade em geral é grande, devido ao efeito multiplicador de uma boa educação da mulher. “Por outro lado, a intensa afluência das mulheres ao mercado de trabalho não foi acompanhada por uma diminuição significativa das desigualdades profissionais entre homens e mulheres. A maior parte dos empregos femininos continua concentrada em alguns setores de atividades e agrupada em um pequeno número de profissões, e essa segmentação continua estando na base das desigualdades existentes entre homens e mulheres no mercado de trabalho, incluindo as salariais” (ABRAMO: 2001; 78).

Diante do cenário apresentado, o presente trabalho propõe justamente contribuir para uma análise do emprego formal feminino nos anos de 1990 e 2000 e 2010. O estudo pretende trazer subsídios para a maior compreensão da temática e, assim, fornecer base de sustentação para a proposição e interpretação, em particular, pretende-se avaliar a escolaridade, as atividades econômicas que mais empregaram a mão de obra feminina no período supracitado.

Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a evolução do emprego formal da mão de obra feminina no Estado do Amazonas em 1990, 2000 e 2010. Enquanto os objetivos específicos são: i. Mostrar a mudança da participação feminina no mercado de trabalho Amazonense em 1990, 2000 e 2010; ii. Identificar a evolução do grau de instrução da mão de obra feminina nos anos 1990, 2000 e 2010; iii. Apresentar o grau de instrução da mão de obra feminina nos setores de atividades que mais empregaram entre os anos de 1990, 2000 e 2010.

A estrutura do trabalho é composta por quatro capítulos. No primeiro, consta a revisão da literatura acerca do cenário econômico brasileiro nas décadas de 1990 a 2010, estando este dividido em três subitens para melhor compreensão do assunto abordado.

O segundo capítulo destaca a inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho brasileiro, mostrando sua evolução ao longo das décadas analisadas.

O terceiro capítulo apresenta uma análise do que tange ao emprego formal no Brasil. Dividido em dois subitens, o primeiro destaca a participação feminina neste e o segundo com destaque para a evolução do emprego formal feminino no estado do Amazonas.

Por fim, o quarto capítulo apresenta uma análise da interação do nível de instrução com o emprego formal feminino em 1990, 2000 e 2010 no estado do Amazonas. Este encontra-se dividido em dois subitens que analisam a relação entre escolaridade e economia na teoria econômica e emprego formal e escolaridade no Brasil e no Amazonas, respectivamente.

Para a consecução de tais objetivos torna-se necessário inicialmente, uma revisão da literatura acerca da dinâmica macroeconômica do período para se inferir quais as razões/políticas econômicas tiveram influência sobre o aumento da participação feminina no mercado de trabalho formal no Brasil e seus reflexos no estado do Amazonas. Para a consecução da segunda parte que tratará da inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho brasileiro, busca-se como fonte de dados o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), retirados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por domicílio) e Censo Demográfico; na terceira parte, a qual tratará do emprego formal no Brasil e no Amazonas em

1990, 2000 e 2010, a principal fonte de dados sobre o mercado de trabalho formal são os dados contidos no MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) retirados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), referentes ao país contendo informações sobre as trabalhadoras e os trabalhadores, visando uma análise com a perspectiva de gênero nos anos 1990, 2000 e 2010.

No que diz respeito a mercado de trabalho e escolaridade no Brasil, é importante revisar a literatura de textos teóricos sobre a relação entre emprego e o nível de escolaridade, para tanto, serão consultados os principais estudiosos dessas temáticas.

As informações obtidas com o presente trabalho serão processadas e tabuladas, com ajuda de dados do RAIS, e também será usado o programa Excel para criação de tabelas e gráficos a fim de melhor explicitar as variáveis estudadas para grau de instrução, mercado de trabalho no que se refere à mão de obra feminina nos anos de 1990, 2000 e 2010.

## 2 ANÁLISE DA DINÂMICA DA ECONOMIA BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1990 A 2010

Este capítulo tem como objetivo situar o leitor a respeito do cenário econômico brasileiro desde a década de 1990 à década de 2010. Inicialmente, realizaremos uma análise histórica dos principais eventos econômicos ocorridos em cada década buscando apresentar as principais mudanças ocorridas nestes períodos, bem como a importância de tais mudanças para que a economia brasileira pudesse apresentar significativos avanços nos últimos anos. Posteriormente será analisado isoladamente o comportamento de alguns dos indicadores macroeconômicos, tais como: PIB, taxa de inflação, indicadores do Balanço de Pagamentos do Brasil, Dívida líquida do setor público (% do PIB).

Tal análise será de suma importância para avaliarmos de que maneira a dimensão da economia brasileira ao longo desse período afeta o mercado de trabalho.

### 2.1 A década de 1990: uma década de transformações econômicas

No Brasil os anos 90 foram fortemente caracterizados por uma elevada taxa de inflação e de estagnação econômica. Neste cenário, a adoção de reformas estruturais nos cenários econômico e institucional se fez mais que necessária, levando os governantes a adotarem políticas macroeconômicas com o objetivo de garantir a estabilização da economia e o crescimento econômico brasileiro, não mais por meio do gasto público como nas últimas décadas, mas através da rentabilidade dos mercados financeiros.

Sob forte influência do chamado “Consenso de Washington”<sup>1</sup> (realizado no fim de 1980, início de 1990) que listava um conjunto de reformas que os países em desenvolvimento deveriam adotar na área econômica para que conseguissem alcançar um crescimento autossustentado, as políticas governamentais do então presidente Fernando Collor, deram início a uma fase de intensa abertura da economia e de privatizações, esta última, porém, sendo deixada de lado em virtude da elevada taxa de inflação, que acabou sendo a prioridade do Governo. Foram lançados então, os chamados - Plano Collor I e Plano Collor II, tendo

---

<sup>1</sup> Reformas que formavam o “Consenso de Washington”: Disciplina fiscal; Redução dos gastos públicos; Reforma tributária; Juros de mercado; Câmbio de mercado; Abertura comercial; Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; Privatização das estatais; Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); Direito à propriedade intelectual.

como objetivo central a diminuição da taxa de inflação, tendo, porém, não obtendo êxito, o que somado a outros problemas de gestão deste governo, levou à renúncia do Presidente da República em 1992.

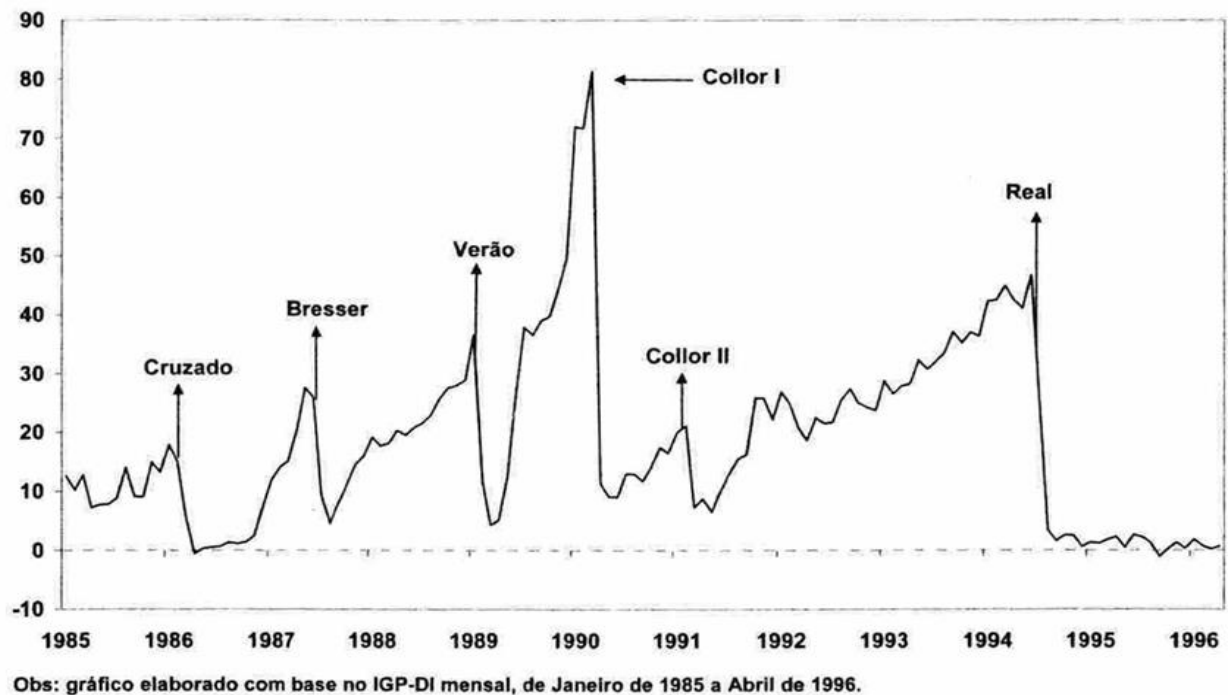
Neste contexto, após sucessivas tentativas de estabilização econômica, a primeira metade da década de 1990 foi marcada pela implantação do Plano Real, em 1994, plano econômico que obteve êxito na tentativa de diminuição e estabilização da inflação. Este foi primeiramente concebido em três fases: (i) A primeira buscava resolver o problema fiscal do país, que era visto como a principal causa da inflação, por meio de um ajuste fiscal. (ii) A segunda fase tinha como objetivo eliminar o componente inercial da inflação por meio da desindexação da economia. (iii) A terceira e última fase foi marcada pela adoção de uma âncora cambial.

Em comparação com outros planos que tentaram a estabilização econômica brasileira e fracassaram, pode-se dizer que Plano Real obteve sucesso devido a fatores como as condições externas favoráveis na época de sua implantação – uma vez que havia uma abundância de liquidez externa e reservas elevadas; e a maior abertura da economia brasileira. Porém, após um ano de sua implantação, a ameaça inflacionária reapareceu na economia brasileira. Deste modo, devido à forte pressão inflacionária, à economia superaquecida e à deterioração rápida do balanço de pagamentos, o Governo FHC adotou uma desvalorização controlada da taxa de câmbio e um aumento da taxa de juros nominal como medidas para manter a estabilização decorrente do Plano Real.

Como podemos observar no Gráfico 1, o comportamento da inflação no Brasil seguia quase um padrão: sempre apresentava uma queda após a implantação de um plano de estabilização voltando a se acelerar posteriormente.

Em 1990, quando foi introduzido o Plano Collor I a taxa de inflação mensal era acima de 80%, apresentando uma queda drástica para quase 10% ao mês. Já em 1991, com a introdução do Plano Collor II, essa taxa praticamente dobrou, mantendo-se em alta até a introdução do Plano Real, quando finalmente esta taxa apresentou significativa queda e manteve-se estável ao longo do tempo.

Embora este Plano tenha alcançado seu objetivo principal, resultou também, em um desequilíbrio externo crescente e uma grave crise fiscal. O primeiro se deve ao fato da elevação das importações em decorrência do Plano Real paralelo a um baixo nível de exportações. O segundo, por sua vez, se caracterizou por uma forte pressão nas contas públicas, piorando a relação entre a dívida pública e PIB.



**Gráfico 1** - Comportamento da inflação mensal - IGP - DI - 1985- 1996 (%).  
**Fonte:** Giambiagi *et al.* (2011).

Como reflexo de todas as mudanças ocorridas no país ao longo desta década, conforme Giambiagi et al (2011), 1990 pode ser considerada a década das transformações, isto por que nos anos que iniciam esta década houve um choque de competição econômica, resultante das medidas de abertura econômica e do processo de privatizações, levando a uma ruptura do modelo de substituição de importação vigente.

Entretanto, após a implantação do Plano Real, a economia pôde desfrutar de uma tão almejada estabilização, porém com a existência dos desequilíbrios externo e fiscal decorrentes de algumas medidas necessárias para que este fosse bem sucedido, as preocupações em torno do investimento ressurgiram, deixando os anos finais desta década marcados por uma tríplice mudança de regime: cambial, monetário e fiscal. Neste cenário, a economia do país já era bem mais moderna, diversificada e competitiva em relação aos anos anteriores, com um conjunto de políticas macroeconômicas bem sucedidas e com diversos avanços institucionais.

## 2.2 A década de 2000

Como dito anteriormente, a década de 1990 foi marcada por regimes de combate à inflação, o que por sua vez gerou um processo de desindustrialização na economia devido ao fato da interrupção no crescimento da indústria. Neste contexto, a década de 2000 se inicia com um cenário mais favorável ao crescimento industrial que os anos anteriores.

Segundo Giambiagi *et al* (2011), o desempenho da economia brasileira a partir do início de 2003 foi decisivamente influenciado pela evolução da economia internacional e, face à continuidade do regime de metas de inflação, que tinha sido inaugurado em 1999, também da taxa de câmbio e da inflação.

Embora seja outro presidente no governo central (Luiz Inácio Lula da Silva, eleito Presidente da República em 2002), não há mudanças na política econômica: a liquidez é rigidamente controlada, os juros permanecem em patamares extremamente altos e os superávits primários elevam-se para além dos níveis exigidos pelo FMI; e o governo assume o compromisso com as reformas estruturais, sendo elas: a reforma tributária e a reforma da previdência social.

Nesta década alguns fatores contribuíram para que o Brasil fosse visto de outra maneira tanto internamente quanto a nível mundial. (i) O primeiro refere-se ao efeito China, pois, segundo Giambiagi *et al* (2011) devido ao fato da China ter altas taxas de crescimento, ser um peso crescente na economia e na demanda mundiais e ser forte demandante de produtos exportados pelo Brasil, fez com que os efeitos do dinamismo daquela economia sobre o Brasil se tornassem cada vez maiores. (ii) Outro ponto importante é que outras economias emergentes passaram a demandar uma grande quantidade de produtos que o Brasil se tornara o principal fornecedor a nível mundial. (iii) Destacam-se também as potencialidades referentes ao etanol, pois devido ao nível de preços do petróleo naquela década, do debate acerca sobre meio ambiente e a preocupação americana na Guerra do Iraque, somados ao fato do Brasil ter condições de clima e solo favoráveis à exploração de biocombustíveis, colocaram o Brasil no centro desse debate mundial. (iv) Também nesta década foram descobertos petróleo do pré-sal em território brasileiro, trazendo potencial para promover efeitos significativos sobre a economia brasileira. (v) Outro fator importante foram os efeitos indiretos da crise de 2009, pois não sofremos crises no Balanço de Pagamentos, nem uma forte alta de inflação, além de também não ter ocorrido queda do PIB, consumo ou emprego, como ocorreu em outros países.

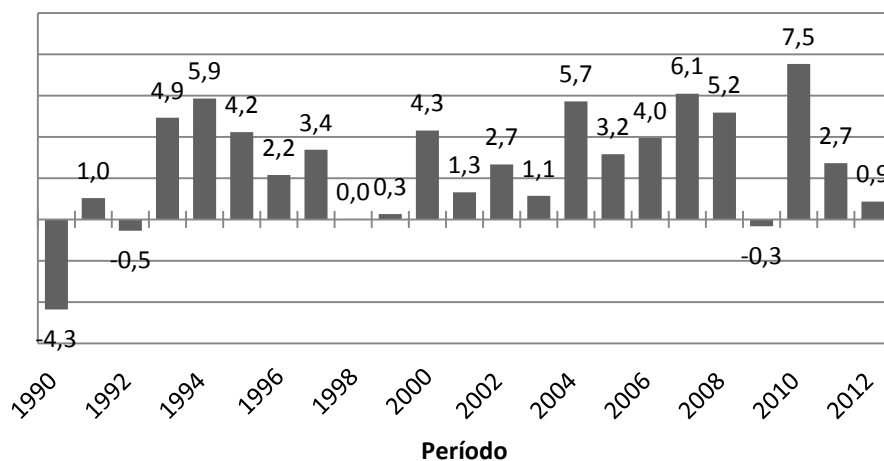
Neste contexto, pode-se dizer que a referida década apresentou melhoras no que tange ao crescimento econômico e investimento, e terá como veremos nos próximos capítulos reflexos positivos no mercado de trabalho com um aumento na taxa de emprego.

Outro fato que merece destaque na década foi o fato do país ter deixado de ser devedor e se tornado credor líquido do exterior. Porém, ao final do ano de 2010, o país voltava a apresentar déficits externos em conta corrente.

## 2.3 Análise dos principais indicadores macroeconômicos durante as décadas de 1990 a 2000

### 2.3.1 Produto Interno Bruto - PIB

No Gráfico 2 podemos acompanhar o comportamento do PIB no período de 1990 a 2012, ano a ano, revelando-nos que aquele importante indicador alternou períodos de alto e baixo crescimento econômico no período citado.



**Gráfico 2** - Variação percentual do PIB real desde 1990.  
**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados do IBGE.

Em 1990, havia uma forte retração na economia, expressa pelo crescimento negativo do PIB neste ano (-4,3%) particularmente no setor industrial. Em 1991 o PIB apresentou um singelo crescimento (1%), voltando a apresentar valores negativos em 1992 (-0,5%), devido a crise apresentada no país com o processo de *impeachment* do então presidente Fernando



Collor. Nos anos 1993 e 1994 o produto interno bruto no Brasil apresentou taxas expressivas de crescimento (4,9% e 5,9%, respectivamente) relacionadas ao crescimento da indústria e à recuperação da agricultura neste período. De 1994 para 1995 observa-se que houve uma desaleração do crescimento, tal fato pode ser considerado como reflexo da crise mexicana que provocou impacto nos fluxos de capitais estrangeiros para os países emergentes.

A desaleração do crescimento em 1996 é reflexo principalmente do déficit nas contas públicas. Já o período de 1997 a 2000 foi fortemente marcado por crises internacionais que impactaram diretamente o cenário econômico brasileiro: a crise Asiática e a crise da Rússia, refletindo os baixos níveis de crescimento (e até estagnação do crescimento em 1998).

No primeiro ano da década de 2000, o país voltou a crescer (4,3%) em virtude da redução das taxas de juros. Porém em 2001, devido a fatores como a crise energética enfrentada pelo país e à incerteza dos mercados internacionais, o crescimento voltou a desacelerar (1,3%). Em 2002, ano de eleição no Brasil, com muitas incertezas quanto a sustentação da política econômica, o país continuou não apresentando bons resultados de crescimento econômico (2,7%), seguindo com crescimento desacelerado em 2003 (1,1%).

Em 2004, o país volta a apresentar crescimento significativo (5,7%), e em 2005, com a desaceleração dos investimentos, da indústria de transformação e da agropecuária, o país apresentou uma menor taxa de crescimento (3,2%) em relação ao ano de 2004.

Nos anos de 2006 e 2007 o país apresenta uma recuperação da taxa de crescimento (4,0% e 6,1%, respectivamente). Em 2010, devido a demanda interna do país através do consumo interno das famílias, o país veio a apresentar a maior taxa de crescimento desde 1990, atingindo 7,5%.

As taxas médias de crescimento do PIB brasileiro nas duas últimas décadas podem ser observadas na Tabela 2 onde verifica-se que na década dos 90, a economia cresceu em média 2,54% , enquanto, nos anos de 2000 este crescimento foi maior, ou seja, de cerca de 3,61%.

Taxas médias de crescimento (%)			
Período	PIB	População	PIB per capita
Década de 90 (1991-2000)	2,54	1,57	0,95
Década de 00 (2001-2010)	3,61	1,21	2,37

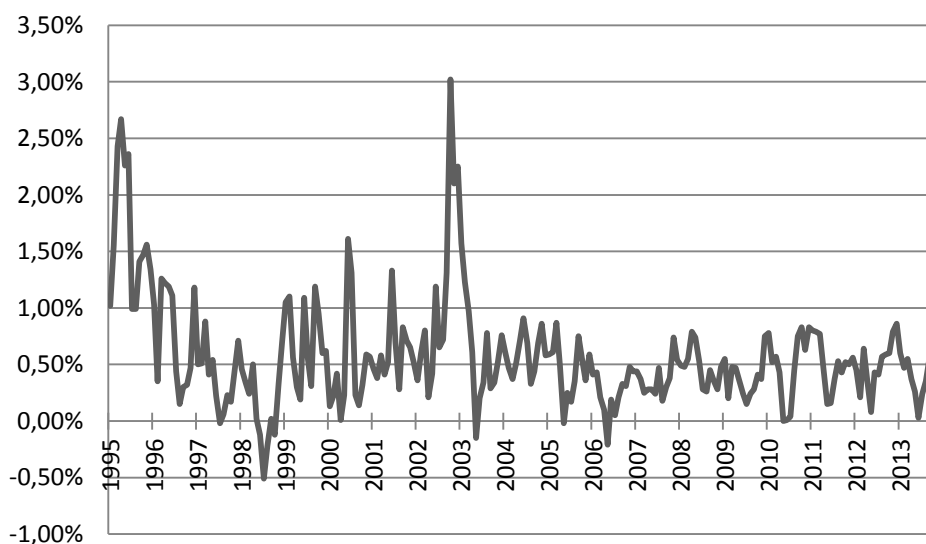
**Tabela 1** - Taxas médias de crescimento, Brasil - 1990, 2000 e 2010 (%).

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do IBGE e FGV.

### 2.3.2 A evolução da taxa de inflação

Com base no Gráfico 3, apresentamos o comportamento da inflação desde 1995 a 2013, a escolha desse período, deve-se ao fato de já ter havido um comentário a respeito da evolução da mesma antes e durante a implantação do Plano Real anteriormente.

Nota-se que a taxa de inflação mensal no Brasil realmente apresentou significativa queda e estabilização após a implantação do Plano Real. Este controle inflacionário e estabilização econômica foram de suma importância para o crescimento do país, pois consequentemente viabilizaram o aumento dos investimentos das empresas, o que não era possível anteriormente, quando o país experimentava um cenário de hiperinflação. Ainda assim, no início da década de 2000 percebe-se que ela apresentou elevações. Isto foi decorrente da mudança de governo: com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para comandar o país, houve certa dúvida do mercado quanto à continuidade das políticas econômicas adotadas no governo FHC. Porém, aquele governo surpreendeu e manteve a política macroeconômica estabilizadora, garantindo o controle da inflação por meio do aumento da taxa de juros no ano de 2002.



**Gráfico 3** - Comportamento da inflação mensal - IPCA 1995 a 2013 (%).  
**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados do IBGE.

### 2.3.3 O comportamento Balanço de Pagamentos nas décadas de 1990 a 2010

No que tange ao Balanço de Pagamentos, este reflete a cada ano a relação do país com o resto do mundo e a sua situação econômica interna. Seus resultados resultam dos saldos parciais dos grupos de contas que o compõe.

A situação do Balanço de Pagamentos do Brasil ao longo das décadas de 1990 à 2000 pode ser analisada na Tabela 2, na qual os valores monetários são cotados em dólares norte-americanos. Nela podemos observar que no início da década de 1990 a Balança Comercial brasileira, a qual representa o fluxo de mercadorias entre um País e o exterior, sofreu com a recessão econômica desse período. Em 1990 e 1991, houve um recuo nas exportações em comparação com os anos seguintes, enquanto que as importações seguiram em alta, ao ponto que no fim da década de 1990 as importações superaram as exportações e encerrou-se esta década com um déficit de - 1199 milhões. Por outro lado, a década de 2010 encerrou-se com um superávit de 20147 milhões, refletindo o bom desempenho das exportações esse período.

No que tange à Balança de Serviços, onde são lançadas as entradas e saídas de recursos para pagamentos de serviços e de rendas sobre fatores de produção, o saldo desta manteve-se negativo em todos os anos do período analisado, isto porque a renda enviada ao exterior é maior que a renda recebida do exterior. Nota-se que em 1990 o déficit nesta era de - 15369 milhões, passando para - 25048 milhões em 2000 e -70322 milhões em 2010.

Discriminação	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
<b>Transações Correntes</b>	-3784	-1407	6109	-676	-1811	-18384	-23502	-30452	-33416	-25335
<b>Balança comercial (FOB)</b>	10752	10580	15239	13299	10466	-3466	-5599	-6753	-6575	-1199
Exportação de bens	31414	31620	35793	38555	43545	46506	47747	52994	51140	48011
Importação de bens	-20661	-21040	-20554	-25256	-33079	-49972	-53346	-59747	-57714	-49210
<b>Serviços e Rendas (íquido)</b>	-15369	-13543	-11336	-15577	-14692	-18541	-20350	-25522	-28299	-25825
Serviços (transportes, viagens, etc)	-3596	-3800	-3184	-5246	-5657	-7483	-8681	-10646	-10111	-6977
Rendas	-11773	-9743	-8152	-10331	-9035	-11058	-11668	-14876	-18189	-18848
<b>Transferências unilaterais correntes</b>	833	1555	2206	1602	2414	3622	2446	1823	1458	1689
<b>Conta Capital e Financeira</b>	4592	163	9947	10495	8692	29095	33968	25800	29702	17319
<b>Investimento Direto</b>	364	87	1924	799	1460	3309	11261	17877	26002	26888
<b>Investimento em Carteira</b>	472	3808	14465	12325	50642	9217	21619	12616	18125	3802
<b>Autoridade monetária (empréstimo FMI)</b>	-741	-590	-406	-496	-129	-239	-387	-234	8944	2803
Demais setores LP e CP	-3604	-4548	8666	3546	-33826	5732	3657	6113	-4914	-1461
<b>ERROS E OMISSÕES</b>	-328	875	-1386	-1111	334	2207	-1800	-3255	-4256	194
<b>RESULTADO DO BALANÇO</b>	481	-369	14670	8709	7215	12919	8666	-7907	-7970	-7822

(continua)

Discriminação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Transações Correntes</b>	-24225	-23215	-7637	4177	11679	13985	13643	1551	-28192	-24302	-47273
<b>Balança comercial (FOB)</b>	-698	2650	13121	24794	33641	44703	46457	40032	24836	25290	20147
Exportação de bens	55086	58223	60362	73084	96475	118308	137807	160649	197942	152995	201915
Importação de bens	-55783	-55572	-47240	-48290	-62835	-73606	-91351	-120617	-173107	-127705	-181768
<b>Serviços e Rendas (íquido)</b>	-25048	-27503	-23148	-23483	-25198	-34276	-37120	-42510	-57252	-52930	-70322
Serviços (transportes, viagens, etc)	-7162	-7759	-4957	-4931	-4678	-8309	-9640	-13219	-16690	-19245	-30835
Rendas	-17886	-19743	-18191	-18552	-20520	-25967	-27480	-29291	-40562	-33684	-39486
<b>Transferências unilaterais correntes</b>	1521	1638	2390	2867	3236	3558	4306	4029	4224	3338	2902
<b>Conta Capital e Financeira</b>	19326	27052	8004	5111	-7523	-9464	16299	89086	29352	71301	99912
<b>Investimento Direto</b>	30498	24715	14108	9894	8339	12550	-9380	27518	24601	36033	36919
<b>Investimento em Carteira</b>	6955	77	-5119	5308	-4750	4885	9081	48390	1133	50283	63011
<b>Autoridade monetária (empréstimo FMI)</b>	-10434	6639	11363	4645	-4494	-23402	-138	-138	0	0	-4
Demais setores LP e CP	1660	-925	-10332	-6194	-5927	-3351	9990	13832	5172	4926	41291
<b>ERROS E OMISSÕES</b>	2637	-531	-66	-793	-1912	-201	628	-3152	1809	-347	-3538
<b>RESULTADO DO BALANÇO</b>	-2262	3307	302	8496	2244	4319	30569	87484	2969	46651	49101

**Tabela 2** - Balanço de Pagamentos no Brasil 1990 - 2010 (US\$ Milhões).

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil.

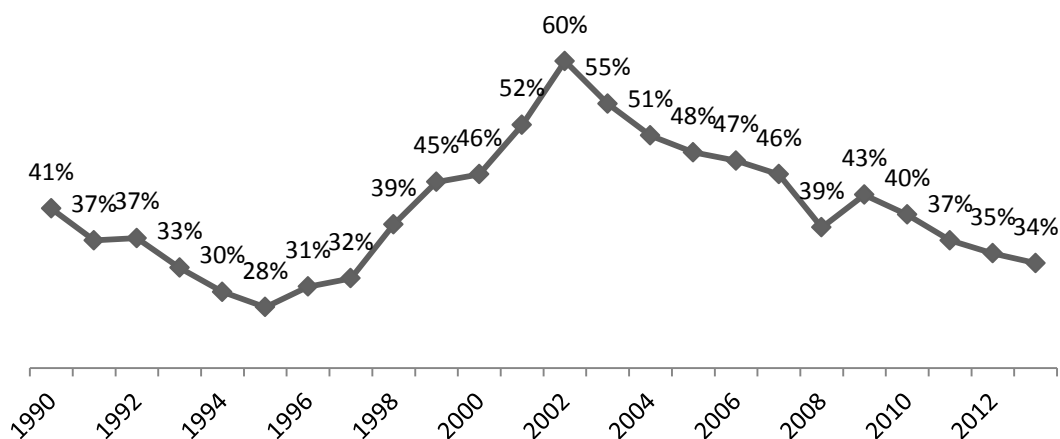
#### 2.3.4 A Dívida Líquida do Setor Público - DLSP (% PIB)

No que se refere à Dívida Líquida do Setor Público, pode-se observar no Gráfico 4 que nos primeiros anos da década de 1990, a dívida pública caiu substancialmente. Isso se deve ao fato do país obter um déficit operacional médio igual a zero e estar obtendo significativa receita por meio da senhoriagem.

Outro fator importante na primeira metade dos anos 1990 foi a mudança da composição da DLSP, que apresentou forte tendência de diminuição da participação da dívida externa na dívida líquida total do setor público. Tal mudança foi decorrente do processo de acumulação de reservas internacionais iniciado em 1991, ano em que elas eram inferiores a US\$ 9 bilhões e atingiram US\$ 36 bilhões no final de 1994, levando a uma significativa queda da dívida externa líquida do governo central. Juntamente isto, outro fator que contribuiu para a diminuição da DLSP foi o processo de privatização iniciado no Brasil, que levou à venda de empresas endividadadas em dólares (US\$) e que, conseqüentemente, deixaram de constar na conta de endividamento público.

Após 1994 até 1998, o cenário inverteu-se: o país voltou a apresentar déficits fiscais elevados somado ao fato que a senhoriagem diminuía, refletindo num aumento da dívida pública. Em 1999, a dívida pública continuou aumentando não mais pelos déficits elevados, mas em decorrência do efeito dos ajustes patrimoniais que foram implantados e do impacto das sucessivas desvalorizações sobre a dívida pública afetada pelo câmbio, ocorrendo efeito oposto a partir de 2003, ano que a dívida pública voltou a diminuir. Esta diminuição é decorrente também do fato de o país registrar sucessivos superávits em conta-corrente, acompanhado da continuidade da entrada de fluxos expressivos de investimento estrangeiro direto, o que permitiu ao Brasil reduzir os coeficientes de dívida externa.

Entre dezembro de 2002 e de 2009, as reservas internacionais do país somaram US\$ 201 bilhões e o país passou a ser um credor líquido, ou seja, as reservas internacionais tornaram-se maiores do que a soma da dívida externa bruta do governo central, estado e municípios e das empresas estatais.



**Gráfico 4 - Dívida Líquida do Setor Público, Brasil - 1990 a 2013 (%).**

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central.

Após a descrição deste que analisou em breves linhas o contexto macroeconômico das décadas de 90 a 2000, o próximo passo será inicialmente, desenvolvermos uma breve análise a respeito da inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho brasileiro.

### 3 ANÁLISE DA INSERÇÃO DA MÃO DE OBRA FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO ATRAVÉS DE ALGUNS INDICADORES

Este capítulo tem por finalidade elencar a situação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro desde a última década do século XX até o ano de 2010, destacando algumas das principais tendências da inserção laboral das brasileiras, que é marcada por progressos e atrasos, uma vez que, se de um lado, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho tem se tornado intenso, por outro, a presença de um elevado desemprego das mulheres e diferenças enfrentadas por elas ao competirem com os homens ainda são marcantes.

#### 3.1 O aumento da participação da mulher brasileira no mercado de trabalho

A mão-de-obra feminina no mercado de trabalho ganhou destaque a partir da década de 1970, com o crescente processo de industrialização e urbanização. Com o aumento significativo da migração das famílias do campo para cidade e da transição de um modelo de economia de subsistência para um modelo de economia industrial. Ademais, a existência de maiores custos resultantes da vida nas cidades, tornou-se necessário a ajuda da mulher no orçamento familiar e esta passou a assumir, além do papel de dona de casa, esposa e mãe, o posto de trabalhadora.

Essa incorporação da mão-de-obra feminina prosseguiu crescente até a década de 1980, apesar da estagnação econômica pela qual passava o país, seguindo sua tendência de crescimento no decorrer dos anos 1990. Assim, o mercado de trabalho passa a apresentar uma nova conjuntura que evidencia a inserção em massa do sexo feminino nas principais áreas produtivas tais como: construção civil, serviços prestados a empresas, comércio e indústrias. Tais mudanças afetam toda a dinâmica social antes estabelecida, em que as mulheres prioritariamente devem casar-se, ter filhos anulando a escolaridade e, em consequência da não qualificação, a entrada no mercado de trabalho.

A economia brasileira ao longo da década de 1990 foi marcada por diversos planos econômicos que buscavam a estabilização da inflação, levando a uma deterioração do mercado de trabalho brasileiro nos primeiros anos dessa década. As altas taxas de juros necessárias para o sucesso do Plano Real, privatizações de empresas estatais, entre outros, foram fatores que contribuíram para essa deterioração e para o aumento da taxa de



desemprego e da informalidade nesse período, cenário este que começa a mudar na década de 2000.

Esse mercado onde a mulher tem cada vez mais significativa importância deu-se também pelo maior nível de instrução da mesma a partir dos anos 1990 e 2010, acarretando em números elevados de admissões do sexo feminino em setores onde a predominância era basicamente masculina.

### 3.1.1 Indicadores selecionados do mercado de trabalho

A fim de que possamos analisar a inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro, torna-se necessário apresentar alguns indicadores selecionados do mercado de trabalho brasileiro com base em dados colhidos no sítio do IBGE. Tais indicadores selecionados são: taxa de participação, taxa de desemprego e taxa de ocupação da força de trabalho brasileira. A seguir descreveremos o significado desses indicadores de mercado de trabalho.

A Taxa de participação na força de trabalho reflete o nível de engajamento da população nas atividades produtivas, pela mensuração do tamanho relativo da força de trabalho, fornecendo uma aproximação do volume de oferta de emprego imediatamente disponível na economia. Esta é dada por:

$$t_p = \frac{PEA}{PIA}$$

Onde, PEA: População Economicamente Ativa e PIA: População em Idade Ativa.

O conceito de População Economicamente Ativa é variável conforme o critério adotado para considerar ocupação. Mas de forma generalizada o IBGE (2010, p. 310) adota o conceito como sendo o total de pessoas ocupadas e desocupadas no período levantado pela pesquisa, sendo nesse caso, a semana de referência. Já, o conceito de População Economicamente Inativa, de acordo com o IBGE (2001, p. 65) que utiliza o termo *Pessoas Não - Economicamente Ativas*, são as que não foram classificadas como ocupadas nem desocupadas no período de referência.

A Taxa de Desemprego consiste na relação entre o número de desempregados (aqueles indivíduos que estão buscando trabalho, mas que não encontram ocupação à taxa de salários vigente no sistema econômico) e o total da força de trabalho. Ou seja:

$$t_d = \frac{D}{PEA}$$

Onde, D: Desempregados.

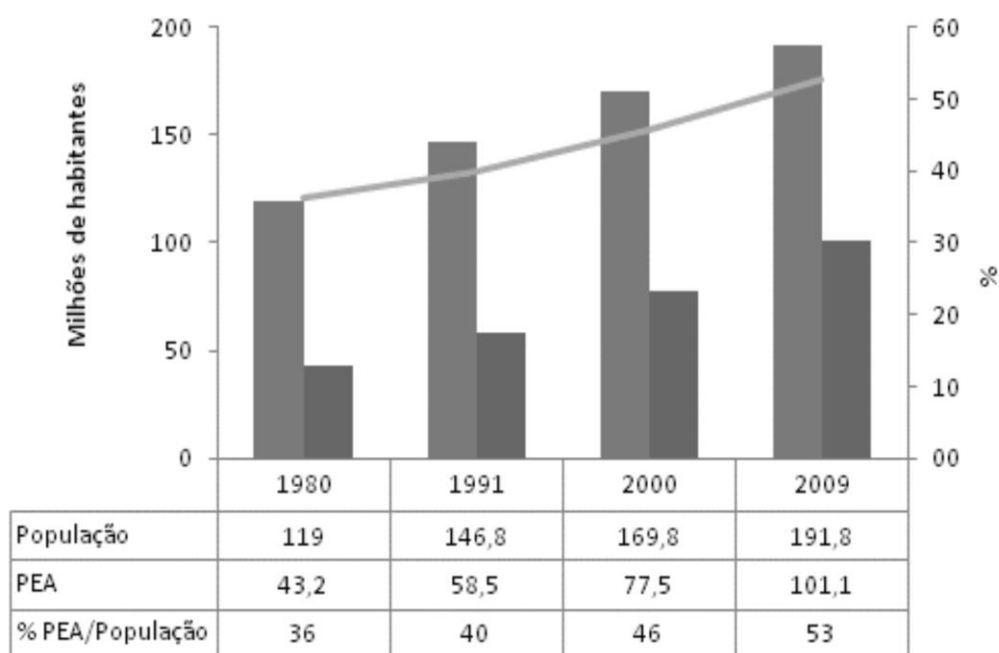
Por População Desocupada, o IBGE (2010, p. 310) descreve como a “pessoa sem trabalho, mas que havia tomado alguma providência para conseguir trabalho na semana de referência”. O total de pessoas nessa condição forma a população desocupada.

A Taxa de Ocupação consiste na porcentagem de brasileiros em idade ativa que estava efetivamente trabalhando. Ou seja:

$$t_o = \frac{E}{PIA}$$

Onde, E: Empregados.

O Gráfico 5 mostra que a População Economicamente Ativa (PEA) passou de 43,2 milhões em 1980 (representando 36,3% da população total) para 101,1 milhões em 2009 (representando 53% da população total). Nota-se que o percentual de pessoas ocupadas ou procurando trabalho (PEA) cresceu bastante nas últimas décadas.



**Gráfico 5** - População Total e População Economicamente Ativa (PEA) como porcentagem da população total, Brasil: 1980-2009.

**Fonte:** IBGE, Censos demográficos 1980, 1991 e 2000 e PNAD, 2009.

A Tabela 3 apresenta as taxas médias de crescimento entre 1995-1998, e 1999-2002, em relação a população em idade ativa e a população economicamente ativa, percebe-se a partir dos dados que estas permaneceram estagnadas naqueles períodos. Houve, no entanto no segundo período, aumento na população ocupada e principalmente com carteira assinada.

Indicadores do Mercado de Trabalho no Brasil - 1995-2002 (taxas de crescimento médias por período - % a.a.)		
Variável	1995-1998	1999-2002
PIA	2,3	2,2
PEA	1,9	1,9
População Ocupada	1,2	2
Com carteira assinada	-0,7	1,5

**Tabela 3** - Indicadores do mercado de trabalho, Brasil - 1995-2002.

Fonte: Giambiagi *et al.* (2011).

A Tabela 4 mostra a evolução da população economicamente ativa por gênero no Brasil para anos selecionados, indicando que em 1950, de um total de 17,1% da força de trabalho brasileira, as mulheres participavam com 2,5% dessa força de trabalho. Nota-se um aumento contínuo da participação das mulheres no mercado de trabalho, alcançando em 2007, 43,1% do total de pessoas economicamente ativas no Brasil.

População Economicamente Ativa (PEA - em Milhão) Brasil, 1950 a 2000 e 2007			
Anos	Total	Homens	Mulheres
1950	17,1	14,6	2,5
1960	22,8	18,7	4,1
1970	29,6	23,4	6,2
1980	43,2	31,3	11,8
1991	58,5	39,5	19
2000	77,5	46,5	30,9
2007	98,8	55,8	43,1

**Tabela 4** - População Economicamente Ativa ( PEA em milhão) – Brasil, 1950 a 2000 e 2007)

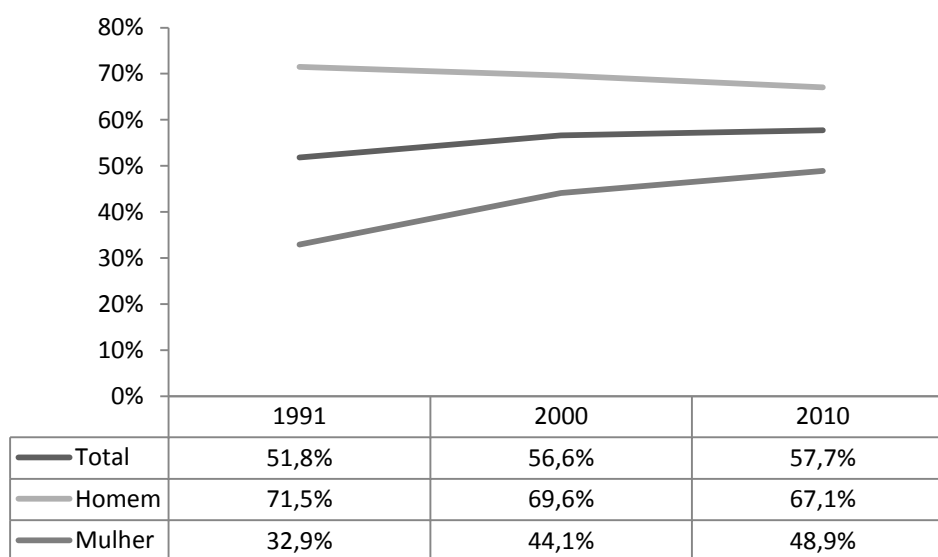
Fonte: IBGE - Censos demográficos de 1950<sup>2</sup> a 2000 e PNAD 2007<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Entre 1950–2007 entraram na PEA: Homens = 41,2 milhões e Mulheres = 41,6 milhões.

<sup>3</sup> Entre 2000-2007 entraram na PEA: Homens = 9,3 milhões e Mulheres = 12,2 milhões.

Observa-se no Gráfico 6, que a taxa de participação feminina passou de 32,9% em 1991 para 48,9% em 2010, enquanto que a taxa de participação masculina diminuiu de 71,5% em 1991 para 67,1% em 2010. Porém, embora a taxa de participação masculina tenha caído ao longo dessas décadas, nota-se que ela ainda é maior que a taxa de participação feminina.

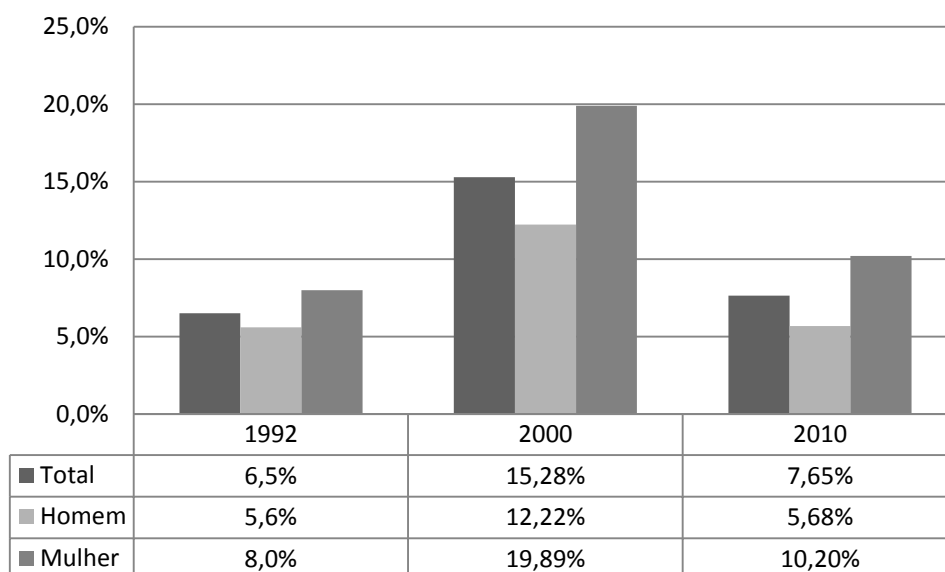
Segundo José Paulo Zeetano Chahad (1992), a taxa de participação masculina é maior que a feminina, pois os afazeres domésticos não são considerados ocupações economicamente ativas e são exercidos majoritariamente pelas mulheres e a participação feminina tende a crescer com o desenvolvimento econômico, seja porque aumentam as oportunidades de emprego para as mulheres, seja porque o próprio papel delas com relação ao trabalho é visto de forma diferente. Outro fator que contribui para o crescimento da taxa de participação feminina é a constante busca de qualificação por parte delas.



**Gráfico 6** - Taxa de participação por gênero, Brasil: 1991, 2000 e 2010.

**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados do IBGE; Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010.

Embora a taxa de participação feminina tenha apresentado crescimento ao longo desses anos, esta foi acompanhada por um aumento da taxa de desemprego feminino, conforme Gráfico 7.



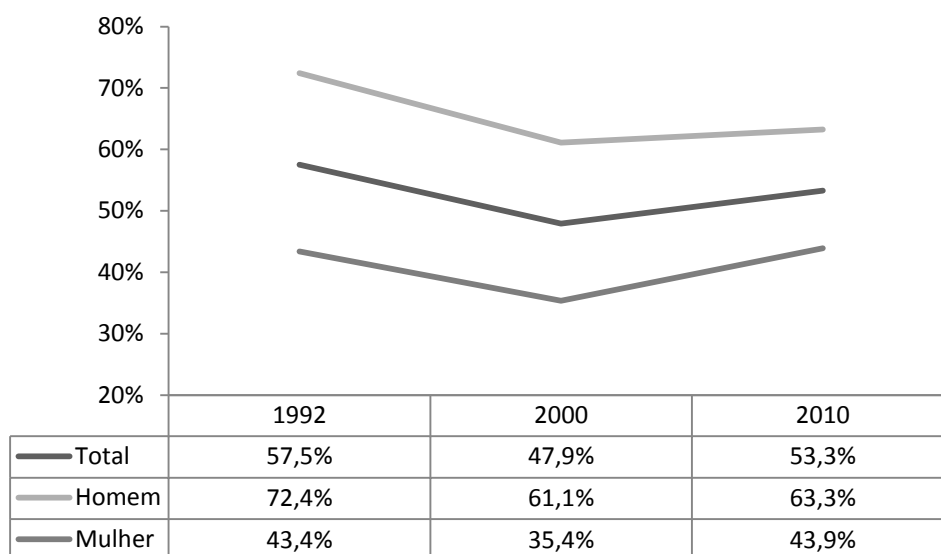
**Gráfico 7** - Taxa de desemprego por gênero, Brasil: 1992, 2000 e 2010.

**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados do IBGE; Censo Demográfico de 2000 e 2010 e PNAD de 1992.

Tal comportamento da taxa de desemprego feminino está relacionado ao fato de que houve um grande aumento da oferta de trabalho feminino nos anos 1990, assim como elas passaram a competir com eles em áreas antes predominantemente femininas, como serviços e comércio, uma vez que nesse período a atividade industrial, área que empregava principalmente homens, estava em queda.

O acentuado aumento tanto da taxa de desemprego feminina quanto da taxa de desemprego masculina em 2000, está associado ao fato de que nesse período o país vivia uma desaceleração do crescimento econômico e foi fortemente marcado por crises internacionais que impactaram diretamente o cenário econômico brasileiro. Ao longo dos anos 2000, porém, houve uma melhora no cenário do mercado de trabalho devido a fatores como a estabilidade da economia brasileira e retomada do crescimento econômico.

Outro indicador importante é a taxa de ocupação, aqui dividida por gênero e expressa no gráfico 8. Neste, podemos observar que dos anos 1990 aos anos 2000, houve um decréscimo nas taxas de ocupação masculina e feminina, respectivamente; havendo um modesto acréscimo em 2010. Porém, o acréscimo observado na taxa de ocupação masculina seguiu menor que a observada nos anos 1990.



**Gráfico 8** - Taxa de ocupação por gênero, Brasil: 1992, 2000 e 2010.

**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados do IBGE; Censo Demográfico de 2000 e 2010 e PNAD de 1992.

Nota-se a presença das mulheres no mercado de trabalho formal brasileiro desde a década de 1970, e esta se tornou cada vez maior ao longo dos anos, apesar de algumas barreiras que as mesmas vêm enfrentando no decorrer destes, como por exemplo: dificuldades no acesso a cargos de comando e chefia, desigualdades salariais em relação aos homens e certo preconceito ao decidirem seguir carreiras historicamente ocupadas por eles. Ainda, assim, nota-se na Tabela 5, uma crescente presença das mulheres no mercado de trabalho em áreas profissionais de prestígio, que tradicionalmente são vistas como “masculinas”, tais como a medicina, a advocacia, a arquitetura, engenharia e outras.

Ocupações	1993		2004	
	Total	% de mulheres	Total	% de mulheres
<b>Médicos</b>	135.089	36,3	202.733	41,3
<b>Advogados</b>	25.404	35,1	37.682	45,9
<b>Procuradores e Advogados Públicos</b>	6.508	40,6	6.694	43,3
<b>Magistrados</b>	10.818	22,5	11.337	34,4
<b>Membros do Ministério Público</b>	-	-	6.159	40,9
<b>Engenheiros</b>	142.686	11,6	139.300	14
<b>Arquitetos</b>	7.118	51,5	8.472	54,1

**Tabela 5** - Participação feminina em ocupações selecionadas - Brasil

**Fonte:** Bruschini (1998).

Dentre as áreas de atuação com maior predomínio da força de trabalho feminina encontra-se o setor de serviços, a educação, saúde, bem estar social, humanidade e artes, porém também é possível encontrar uma parcela significativa de mulheres em áreas historicamente com predominância masculina, como engenharia, produção e construção, medicina e advocacia.

Vale ressaltar que a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro tem sido caracterizada através do tempo pelo modo precário que tem atingido uma importante parcela de trabalhadoras. Segundo Bruschini (2007), em 2005, nada menos que 33% da força de trabalho feminina ou 12 milhões de mulheres situavam-se em nichos precários, ou de menor qualidade, no mercado de trabalho, seja como trabalhadoras domésticas (mais de 6,2 milhões) seja realizando atividades não remuneradas (3,3 milhões) ou trabalhos na produção para o consumo próprio ou do grupo familiar, (2,7 milhões).

No quesito remuneração, historicamente as mulheres sempre apresentaram índices menores em relação à remuneração dos homens, mesmo quando ambos trabalham as mesmas horas por dia e exercem o mesmo cargo.

Nos anos 1990, observa-se um crescimento do poder aquisitivo das mulheres e do nível de escolaridade segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a renda média delas subiu de R\$ 281,00 para R\$ 410,00. As famílias chefiadas por mulheres aumentaram de 18% do total para 25%. A média de escolaridade deu um salto de 4,4 para 5,6 anos de estudo e a média salarial destas trabalhadoras passou de R\$ 365,00 para R\$ 591,00 em 2010.

De acordo com os dados apurados pelo IBGE (2010), no que se refere ao rendimento de trabalho por sexo no Brasil 2000-2010, o trabalhador brasileiro obteve um ganho real de 5,5% no seu rendimento médio mensal em comparação ao início da mesma, passando de R\$ 1275, em 2000, para R\$ 1375, em 2010. Sob o ponto de vista de gênero, a mulher obteve um ganho real mais acentuado que o homem nesse período, passando a obter um rendimento médio de R\$ 982 para R\$ 1115,00, enquanto os homens passaram de R\$ 1450 para R\$ 1510, respectivamente. Manteve-se, portanto, a desigualdade de rendimento entre as forças de trabalho, aos poucos esta divergência de rendimento entre os sexos vai reduzindo, cujo rendimento médio feminino passa a valer 73,8% do rendimento médio masculino no fim da década, dado que em 2000 esse rendimento equivalia a 67,7% (Tabela 6).

<b>Brasil</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Total</b>	1.275	1.345
<b>Homens</b>	1.450	1.510
<b>Mulheres</b>	982	1.115

**Tabela 6** – Valor do rendimento real médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por sexo no Brasil 2000-2010.

**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico 2010.

Deste modo, ao analisarmos a posição em que a mulher se encontra no atual cenário do mercado de trabalho, podemos observar que ao longo dos anos, esta alcançou inúmeras conquistas, assim como ainda luta por outras, como a igualdade entre os sexos, pois no que tange a algumas profissões que são vistas como exclusivamente como masculinas ela vem constantemente ocupando uma significativa parcela e mostrando que é tão (ou mais) capaz que eles. Por exemplo, mulheres formando-se em engenheiras, astronautas, economistas, médicas e etc. Além desta luta contra o preconceito profissional, observa-se a luta pela igualdade dos salários entre elas e eles, pois se muitas vezes as mulheres encontram-se em grau de escolaridade maior ou ocupando os mesmo ramos profissionais, não há nada mais que justa que ambos recebam as mesmas unidades monetárias.

Vale ressaltar também, que além de se fazer presente no mercado de trabalho, as mulheres também dividem seu tempo e energia entre as tarefas domésticas, criação dos filhos, profissionalização, além de muitas vezes ser a “chefe” da família e assumir essas tarefas sozinha. Assim, elas vêm se mostrando com uma competência e dedicação ímpar, as quais devem ser tão valorizadas quanto às masculinas.



## 4 A ANÁLISE DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL

Este capítulo tem por finalidade apresentar a situação do emprego formal brasileiro no decorrer das três décadas analisadas nesta pesquisa. Inicialmente, é realizada uma breve análise da evolução do emprego formal no Brasil, nas décadas de 1990 a 2010. Pretende-se responder a seguinte questão: *“quais razões implicaram numa maior participação da população feminina em relação à participação masculina no mercado de trabalho formal brasileiro a partir dos anos 90?”*. No último tópico dá-se foco na evolução do emprego formal feminino em 1990, 2000 e 2010 no estado do Amazonas.

### 4.1 A evolução do emprego formal no Brasil a partir de 1990 até 2010

Como já descrito no capítulo 1, os anos 1990 não foram tão bons no que tange ao cenário do mercado de trabalho brasileiro, tendo sido esta década um período difícil para o mesmo. Segundo Chahad e Pozzo (2013) tal cenário se deve principalmente a motivos como: (i) instabilidade macroeconômica, deixando baixo e volátil o ritmo de crescimento econômico; (ii) intensificação do processo de mecanização agrícola; (iii) forte reestruturação industrial com enxugamento dos postos de trabalho, uma vez que foi realizada no contexto de uma ampla abertura comercial, com câmbio sobrevalorizado e altas taxas de juros reais; (iv) forte crescimento da PEA, com implicações para as oportunidades de emprego; e (v) queda na taxa de investimento total, seja no setor privado, mas principalmente no setor público.

Como resultado, neste período ocorreu uma elevação do crescimento aberto, crescimento da informalidade, surgimento de formas incomuns de trabalho e baixa inclusão social, além de outros aspectos indesejáveis no mercado de trabalho.

Os anos 2000 começaram com o crescimento da economia no mesmo ritmo da última década, porém mudanças nos instrumentos de política econômica tornaram a economia brasileira mais sólida, resultando em uma melhora no mercado de trabalho no decorrer desta década.

A partir de 1999, a gestão macroeconômica passou a ser fundamentada no tripé baseado em câmbio flutuante, regime de metas para a inflação e responsabilidade fiscal como meta para pagamento da dívida pública. Sob a ótica do mercado de trabalho houve forte recuperação do emprego formal, queda na informalidade, recuperação salarial, entre outras consequências que

até hoje persistem, embora já se observem sinais de reversão de algumas destas tendências positivas. (CHAHAD; POZZO, 2013, p. 14).

Em 2010, o país alcançou a maior taxa de crescimento (7,5%) do PIB observada ao longo das décadas analisadas neste trabalho. Tal crescimento refletiu positivamente no mercado de trabalho brasileiro, tornando-o mais dinâmico e levando a um aumento da oferta de emprego que, por sua vez, gerou a possibilidade da absorção das pessoas que ingressavam na PEA e parte dos desempregados, criando assim maiores níveis de vínculos formais, fazendo com que esta década continuasse seguindo o ritmo de crescimento de empregos formais no Brasil observado em 2000. Assim, em dezembro de 2010, o total de vínculos ativos no país alcançou 44.068 milhões, conforme nos aponta a Tabela 7.

Brasil e grandes Regiões	Nº de Empregos formais		
	1990	2000	2010
<b>Brasil</b>	23.198.656	26.228.629	44.068.355
<b>Norte</b>	833.134	1.094.365	2.408.182
<b>Nordeste</b>	3.670.857	4.374.850	8.010.839
<b>Sudeste</b>	13.051.095	14.042.822	22.460.999
<b>Sul</b>	3.920.915	4.625.153	7.078.443
<b>Centro-Oeste</b>	1.384.040	2.091.439	3.630.804

**Tabela 7** - Evolução do Emprego Formal no Brasil - 1990, 2000 e 2010.

**Fonte:** MTE. Rais. Elaboração própria.

Conforme podemos observar na tabela acima, em 2000 o Brasil apresentou, em termos relativos, um crescimento no número de empregos formais 13,06% maior que o observado em 1990, seguido por um aumento de 68,02% em 2010.

A Tabela 8 apresenta dados da RAIS, em termos setoriais, nota-se a expansão quase generalizada do emprego formal. Dentre os oito setores de atividade econômica, apenas a agropecuária registrou queda na geração de empregos formais ao longo das décadas. Em termos absolutos, o setor de serviços liderou a geração de novos empregos, sendo responsável pela geração de 2.191.736 novos postos de trabalho em 2000, representando um crescimento de 33,99% em comparação com a última década, seguido pela geração de 5.704.560 novos postos de trabalho em 2010, representando um crescimento expressivo de 66,02% em comparação com a década de 2000.

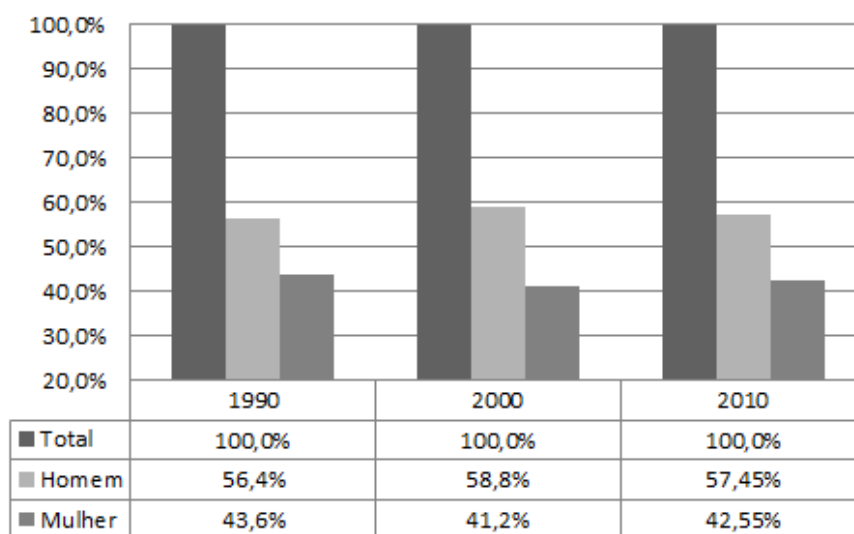
Setores de atividade econômica	1990	2000	2010
Extrativa mineral	130.875	109.608	211.216
Indústria de transformação	5.464.436	4.885.361	7.885.702
Serviços industriais de utilidade pública	323.392	290.352	402.284
Construção civil	959.341	1.094.528	2.508.922
Comércio	2.979.260	4.251.762	8.382.239
Serviços	6.448.719	8.640.455	14.345.015
Administração pública	4.773.467	5.882.565	8.923.380
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	372.960	1.072.271	1.409.597
Não classificado	1.746.206	1.727	-
<b>TOTAL</b>	<b>23.198.656</b>	<b>26.228.629</b>	<b>44.068.355</b>

**Tabela 8** - Número de Empregos Formais por Setor de Atividade Econômica - Brasil.

Fonte: MTE. Rais. Elaboração própria.

#### 4.1.1 A participação feminina no emprego formal brasileiro

Em 1990, continuou a tendência de crescimento das taxas de atividade femininas no mercado de trabalho formal brasileiro. Neste ano as mulheres representavam 43,6% da população formalmente empregada no país; em 2000 elas representavam 41,2%; e em 2010 este número era ainda mais expressivo: 42,5% dos empregos formais no Brasil eram ocupados por elas (gráfico 9).



**Gráfico 9** - Participação da mulher no Mercado de Trabalho Formal brasileiro em %.  
Fonte: MTE. RAIS. Elaboração própria.

Nos últimos 40 anos têm-se observado algumas mudanças de caráter demográfico, social e cultural, tais no como: a diminuição da taxa de fecundidade no Brasil, principalmente nas regiões mais desenvolvidas como Sul e Sudeste conforme nos aponta a Tabela 9.

Brasil e Grandes Regiões	Taxa de Fecundidade Total		Diferença Relativa 2000/2010 (%)
	2000	2010	
Brasil	2,38	1,9	(-) 20,1
Norte	3,16	2,47	(-) 21,8
Nordeste	2,69	2,06	(-) 23,4
Sudeste	2,1	1,7	(-) 19,0
Sul	2,24	1,78	(-) 20,6
Centro-Oeste	2,25	1,92	(-) 14,5

**Tabela 9** - Taxa de fecundidade total e diferença relativa, segundo as Grandes Regiões - 2000/2010.

**Fonte:** IBGE, Censo demográfico 2000/2010.

O aumento da participação da mão de obra feminina no mercado de trabalho e aumento da sua renda são marcados por dois requisitos básicos: a queda da taxa de fecundidade - pois com uma quantidade menor de filhos as mulheres podem se dedicar mais nas tarefas domésticas e no trabalho, ao contrário do que quando tinham um número de filhos maior; e a expansão da escolaridade que por sua vez torna possível o ingresso à novas oportunidades de trabalho<sup>4</sup>.

Outro fator que afetou o mercado de trabalho feminino nos anos noventa, levando o mesmo a uma expansão, foi a globalização.

Se o emprego masculino regrediu ou se estagnou, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional tiveram por consequência um aumento do emprego e do trabalho remunerado das mulheres ao nível mundial, com a exceção da África subsaariana. Notou-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais da vida econômica, assim como no setor de serviços. Contudo, essa participação se traduz principalmente em empregos precários e vulneráveis, como tem sido o caso na Ásia, Europa e América Latina. (HIRATA; 2002).

Assim, a mulher atual apresenta um perfil diferente do perfil da mulher do início do século. Pois agora, além de cuidar dos filhos, casa e marido, elas se esforçam para

<sup>4</sup> A escolaridade da mão de obra feminina será estudada no próximo capítulo da pesquisa.

conquistar cargos importantes no mercado de trabalho e continuar alcançando mais conquistas, tais como diminuição de níveis salariais.

#### 4.2 A evolução do emprego formal feminino no estado do Amazonas

Este tópico tem por finalidade mostrar a mudança na participação feminina no emprego formal amazonense e analisar também, quais os principais setores da atividade econômica a mão de obra feminina estava empregada no mercado de trabalho formal no Estado do Amazonas em 1990, 2000 e 2010.

Formado por 62 municípios e com 1.559.161,682 quilômetros quadrados, o Estado do Amazonas é o maior em área territorial do País. De acordo com o Censo 2010, a população do Estado tem 3.483,985 habitantes, dos quais 2.755.490 vivem na área urbana e 728.495 na área rural. A capital, Manaus, é a cidade mais populosa da Região Norte, com 1.802.525 habitantes. Atualmente, sua economia é movida em torno do Polo Industrial de Manaus (PIM), que em 2010 gerou cerca de 100 mil empregos diretos e um faturamento de 35 bilhões de dólares. Nesse contexto, nota-se a importância da participação feminina no mercado de trabalho formal amazonense.

A evolução da participação feminina no mercado de trabalho formal amazonense se deu principalmente após a implantação da Zona Franca de Manaus, em 1967, que atua como agência promotora de investimentos e detém a responsabilidade de identificar alternativas econômicas e atrair novas empresas para a região, tendo como principal objetivo a criação de emprego e renda. Com a crescente instalação de novas empresas em Manaus, a cidade passou a atrair um grande número de pessoas vindos de outras regiões do país ou do interior do Estado, ampliando significativamente o número de habitantes desta. Inicialmente as mulheres vindas do interior do Estado se mantinham principalmente como trabalhadoras domésticas, passando depois a participar intensamente nas atividades industriais, porém, é no setor de serviços que elas predominam. Essa crescente participação feminina também pode ser justificado devido a fatores como o crescimento industrial observado, que levou ao aquecimento da demanda, devido ao crescimento populacional.

No que tange ao emprego formal, o estoque de empregos formais no estado do Amazonas nos anos 2000 alcançou 249.373, representando uma diminuição de 0,53% em relação ao estoque de empregos formais em dezembro de 1990. Em números absolutos, essa diminuição corresponde ao decréscimo de 1.337 postos de trabalho em relação ao mesmo mês

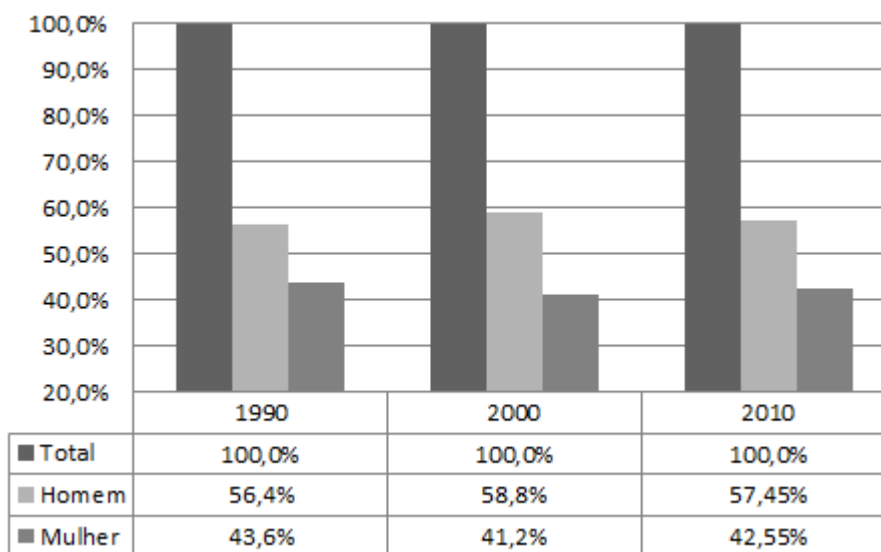
da década anterior. Em relação ao gênero dos trabalhadores, as mulheres foram as mais afetadas com essa diminuição.

	ANO		VARIACÃO	
	1990	2000	Absoluta	Relativa
<b>Homem</b>	141.473	146.681	5.208	3,68%
<b>Mulher</b>	109.237	102.692	-6.545	-5,99%
<b>Total</b>	250.710	249.373	-1.337	-0,53%

**Tabela 10** - Estoque de Empregos Formais no Amazonas por gênero.

**Fonte:** MTE. Rais. Elaboração própria.

Com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), as mulheres representavam 43,6% do total de 250.710 trabalhadores formais no Amazonas em 1990, vindo a representar 41,2% dos 249.373 trabalhadores formais no Amazonas em 2000 e 42,55% do total de 575.739 trabalhadores formais no Amazonas em 2010.



**Gráfico 10** - Participação da mulher no Mercado de Trabalho Formal no AM (%) 1990 a 2010.

**Fonte:** MTE. RAIS. Elaboração própria.

Setorialmente, na Tabela 12, pode-se observar que a força de trabalho feminina era predominante nos setores de administração pública, indústria de transformação e comércio ao longo das décadas analisadas.

Setores de atividade econômica	1990			2000			2010		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
<b>Extrativa mineral</b>	1.927	110	2.037	962	42	1.004	1.528	138	1.666
<b>Indústria de transformação</b>	37.842	32.882	70.724	34.411	17.870	52.281	78.784	39.766	118.550
<b>Serviços industriais de utilidade pública</b>	4.296	728	5.024	2.300	416	2.716	5.071	707	5.778
<b>Construção civil</b>	7.267	918	8.185	6.210	712	6.922	21.667	2.477	24.144
<b>Comércio</b>	14.980	8.744	23.724	20.731	12.782	33.513	46.483	34.243	80.726
<b>Serviços</b>	32.786	16.156	48.942	45.201	25.330	70.531	91.182	59.728	150.910
<b>Administração pública</b>	29.872	45.715	75.587	35.553	45.317	80.870	83.561	107.305	190.866
<b>Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca</b>	540	92	632	1.312	218	1.530	2.509	590	3.099
<b>Não classificado</b>	11.963	3.892	15.855	1	5	6	-	-	-
<b>TOTAL</b>	141.473	109.237	250.710	146.681	102.692	249.373	330.785	244.954	575.739

**Tabela 11** - Participação da população no Mercado de Trabalho Formal Amazonense, segundo sexo - 1990 a 2000.

Fonte: MTE. RAIS. Elaboração própria.

## 5. A INTERAÇÃO DO NÍVEL DE INSTRUÇÃO E EMPREGO FORMAL FEMININO EM 1990, 2000 E 2010 NO AMAZONAS

Este capítulo tem por finalidade responder os objetivos específicos deste trabalho: i. Qual grau de instrução da mão de obra feminina formal no Estado do Amazonas predominava nos anos 1990, 2000 e 2010?; ii. Identificados os setores de atividade econômica nos quais apresentaram maior aumento da participação feminina, qual foi o grau de instrução preponderante para o emprego formal nestas atividades em 1990, 2000 e 2010?

Para isto, torna-se necessário situar o leitor a respeito da relação entre a interação do nível de instrução e emprego formal feminino em 1990, 2000 e 2010 no estado do Amazonas. Inicialmente, será feita uma análise da relação entre escolaridade e economia, seguida de uma análise da escolaridade feminina ao longo dessas décadas, buscando apresentar as principais mudanças ocorridas nestes períodos.

Tal análise será de suma importância para avaliarmos a relação entre educação e crescimento econômico e de que maneira a dimensão deles afeta o mercado de trabalho formal.

### 5.1 A relação entre escolaridade e economia na teoria econômica

A relação entre educação e economia é inabalável e pode-se dizer que a educação é um determinante da produtividade da economia. Tal ideia foi primeiramente abordada em meados dos anos 1950 por Theodore W. Schultz, na Teoria do Capital Humano. Tal teoria considera que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica. Neste contexto, tem-se que a educação é primordial para a boa capacitação dos indivíduos, elevando, conseqüentemente, suas habilidades e rendimentos. Logo, pressupõe-se que quanto maior o nível de escolaridade e qualificação dos indivíduos de um país ou região, maior seu crescimento econômico.

Segundo Segnini (2000), a educação e a qualificação profissional podem ser consideradas fundamentais para o nível de emprego formal, pois ambas possibilitam a competitividade e ampliação da concorrência, adaptam os trabalhos às mudanças técnicas e minimizam os efeitos do desemprego.

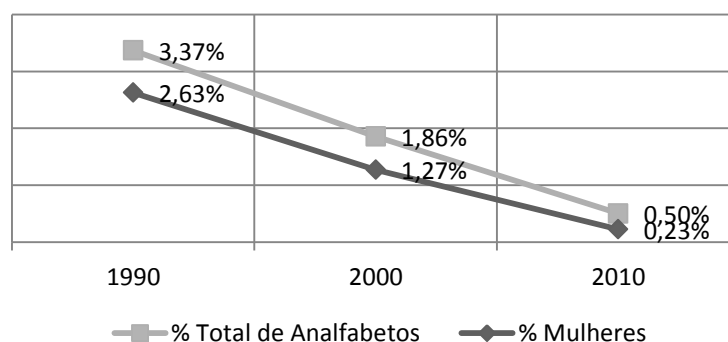


"Detalhados estudos econométricos indicam que as taxas de investimentos e os graus iniciais de instrução constituem robustos fatores de previsão de crescimento futuro. Se nada mais mudar, quanto mais instruídos forem os trabalhadores de um país, maiores serão suas possibilidades de absorver as tecnologias predominantes, e assim chegar a um crescimento rápido da produção. (...) O desenvolvimento econômico oferece aos participantes do mercado de trabalho oportunidades novas e em rápida mudança" (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 26-35).

Outro fator que contribui para fortalecer a relação entre escolaridade e economia é o atual cenário mundial, pois por meio da globalização as fronteiras físicas dos países passaram a não representar mais um obstáculo à integração destes e o comércio internacional, transações financeiras e etc. passaram a acontecer em tempo real ao redor do mundo. Assim, investir em educação foi o caminho principal seguido por muitos países para melhorar a qualidade do capital humano, o qual se tornou cada vez mais importante para a promoção do crescimento econômico e diminuição de barreiras às relações interpessoais com pessoas de diferentes nacionalidades.

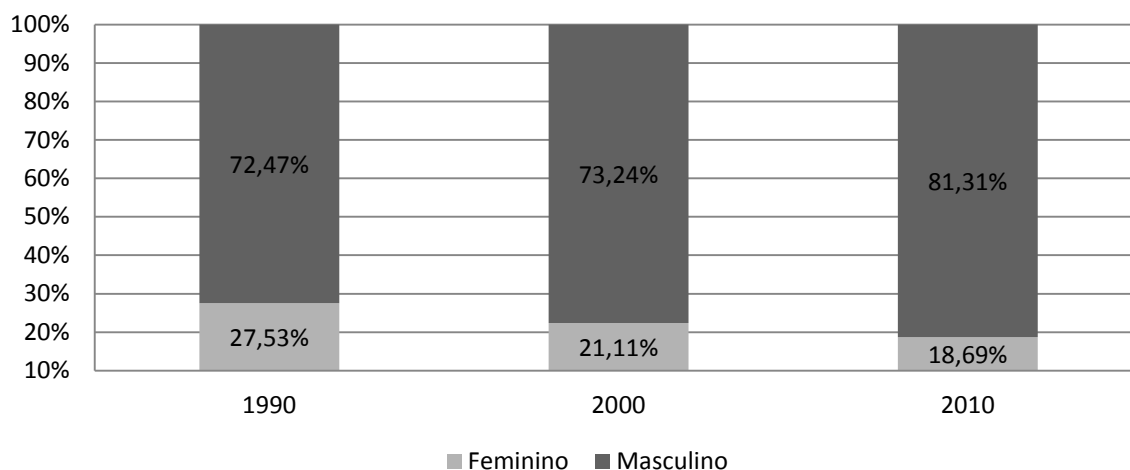
## 5.2 Emprego formal e escolaridade no Brasil e no Amazonas

No Brasil o acesso à educação a partir década de 1990 apresentou uma melhora significativa nos seus índices educacionais quantitativo, sendo refletida por uma redução na taxa de analfabetismo e aumento do nível médio de escolaridade. No tocante ao mercado de trabalho formal, em 2010, apenas 0,50% dos trabalhadores formalmente empregados no Brasil eram analfabetos.



**Gráfico 11** - Porcentagem de trabalhadores formalmente empregados analfabetos - 1990 a 2010.  
**Fonte:** MTE. RAIS. Elaboração própria.

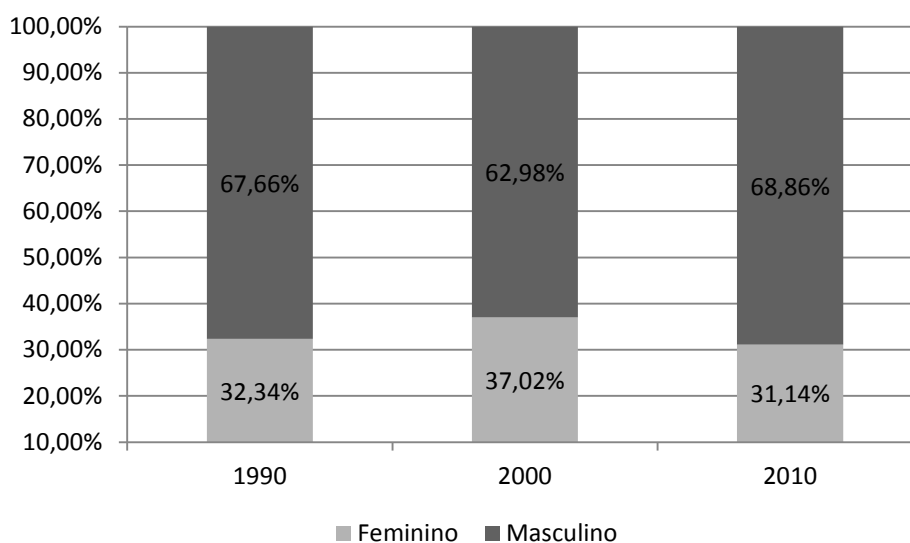
Entre os empregados formais analfabetos ao longo dos anos 1990, 2000 e 2010 no Brasil, as mulheres eram minoria, mantendo esta tendência ao longo das referidas décadas. Enquanto em 1990 elas representavam 27,53% do total de pessoas formalmente empregadas que eram analfabetas, elas passaram a representar 21,11% destas em 2000 e, em 2010, elas representavam apenas 18,69%.



**Gráfico 12** - Proporção da força de trabalho analfabeta formalmente empregada no Brasil, segundo o sexo, nos anos 1990 a 2010 (%)

**Fonte:** MTE. Rais. Elaboração própria.

No mercado de trabalho formal amazonense, as mulheres também representavam minoria em comparação aos homens ao se analisar a proporção de trabalhadores formalmente empregados analfabetos neste estado. Embora no Amazonas a proporção de mulheres analfabetas seja maior que a proporção nacional, elas representavam apenas 32,34% total de pessoas formalmente empregadas que eram analfabetas em 1990, seguida de uma pequena elevação em 2000, quando representavam 37,02% do total de empregados formais analfabetos; em 2010, por sua vez, elas passaram a representar somente 31,14% do total de empregados formais analfabetos.



**Gráfico 13** - Proporção da força de trabalho analfabeta formalmente empregada no Amazonas, segundo o sexo, nos anos 1990 a 2010 (%).

**Fonte:** MTE. Rais. Elaboração própria.

### 5.2.1 Evolução do grau de instrução da mão-de-obra feminina nos anos 1990, 2000 e 2010

Embora em 1990 as mulheres correspondessem a 46,45% do total dos trabalhadores formais com ensino superior incompleto no Brasil, elas passaram a ser maioria entre os ocupados que possuem maior nível de escolaridade, representando 51,25% e 52,13% dos trabalhadores formais com ensino superior incompleto, em 2000 e 2010, respectivamente; e passou de 48,61% dos trabalhadores formais com ensino superior completo em 1990, para 55,41% e 58,49% em 2000 e 2010, respectivamente. Também é marcante sua presença entre os empregados com ensino médio completo. Em 1990 elas representavam 52,76% dos trabalhadores formais com esse grau de instrução; vindo a representar 51,01% e 44,50% destes em 2000 e 2010, respectivamente conforme assinala a Tabela 12.

Grau de escolaridade	1990	2000	2010
Analfabeto	27,53	26,76	18,69
Até 5ª Incompleto	21,49	22,90	21,48
5ª Completo Fundamental	25,00	26,51	26,51
6ª a 9ª Fundamental	29,60	28,44	27,79
Fundamental Completo	33,64	32,99	31,73
Médio Incompleto	39,92	37,60	34,33
Médio Completo	52,76	51,01	44,50
Superior Incompleto	46,45	51,25	52,13
Superior Completo	48,61	55,41	58,49
Sem classe	38,95	-	-
<b>Total</b>	<b>35,33</b>	<b>39,06</b>	<b>41,56</b>

**Tabela 12** - Proporção de mulheres entre os trabalhadores formais segundo grau de escolaridade - Brasil, 1990 - 2010 (%).

**Fonte:** MTE. Rais. Elaboração própria.

Como visto no capítulo anterior, os setores que mais empregaram a força de trabalho feminina no Amazonas em 1990, 2000 e 2010, foram a administração pública, indústria de transformação e comércio.

Na década de 1990, o grau de instrução predominante entre o total de mulheres que ocupavam um cargo na administração pública era o ensino médio completo. Na indústria de transformação, predominava mulheres com 6ª ao 9º ano do ensino fundamental. No comércio, o grau de instrução predominante entre elas também foi o ensino médio completo, de acordo com a Tabela 13.

Grau de instrução AM	1990		
	Adm Pública	Ind Transformação	Comércio
Analfabeto	0,94	0,29	0,34
Até 5ª Incompleto	3,97	2,44	1,55
5ª Completo Fundamental	5,32	2,61	1,96
6ª a 9ª Fundamental	2,15	16,49	8,14
Fundamental Completo	4,36	11,00	5,79
Médio Incompleto	3,14	5,93	5,53
Médio Completo	26,22	6,66	11,28
Superior Incompleto	3,60	0,44	1,03
Superior Completo	10,64	0,42	0,37
Sem classe	0,14	0,21	0,86
<b>Total</b>	<b>60,48</b>	<b>46,49</b>	<b>36,86</b>

**Tabela 13** - Proporção da força de trabalho feminina formalmente empregada no Amazonas, segundo grau de instrução e setores selecionados, nos anos 1990 (%).

**Fonte:** MTE. Rais. Elaboração própria.

Nos anos 2000 e 2010, o grau de instrução predominante entre o total de mulheres que ocupavam um cargo nos setores citados era o ensino médio completo que pode ser comprovado observando-se as Tabelas 14 e 15.

Grau de instrução AM	2000		
	Adm Pública	Serviços	Comércio
Analfabeto	0,76%	0,08%	0,26%
Até 5ª Incompleto	3,31%	1,39%	0,34%
5ª Completo Fundamental	3,31%	0,71%	0,44%
6ª a 9ª Fundamental	2,40%	2,72%	1,63%
Fundamental Completo	4,28%	3,17%	4,44%
Médio Incompleto	2,16%	3,70%	4,66%
Médio Completo	28,34%	20,15%	24,54%
Superior Incompleto	2,08%	1,10%	1,21%
Superior Completo	9,41%	1,15%	0,63%
<b>Total</b>	<b>56,04%</b>	<b>34,18%</b>	<b>38,14%</b>

**Tabela 14** - Proporção da força de trabalho feminina formalmente empregada no Amazonas, segundo grau de instrução e setores selecionados, nos anos 2000 (%).

**Fonte:** MTE. Rais. Elaboração própria.

Grau de instrução AM	2010		
	Adm Pública	Serviços	Comércio
Analfabeto	0,15%	0,02%	0,01%
Até 5ª Incompleto	1,77%	0,24%	0,12%
5ª Completo Fundamental	1,57%	0,12%	0,19%
6ª a 9ª Fundamental	1,79%	0,93%	0,93%
Fundamental Completo	3,63%	1,35%	1,95%
Médio Incompleto	1,58%	2,05%	4,24%
Médio Completo	22,56%	24,60%	31,00%
Superior Incompleto	2,09%	1,64%	2,34%
Superior Completo	21,09%	2,46%	1,61%
<b>Total</b>	<b>56,21%</b>	<b>33,42%</b>	<b>42,40%</b>

**Tabela 15** - Proporção da força de trabalho feminina formalmente empregada no Amazonas, segundo grau de instrução e setores selecionados, nos anos 2010 (%).

**Fonte:** MTE. Rais. Elaboração própria.

## CONCLUSÃO

O aumento da participação das mulheres na atividade econômica é observado desde meados da década de 60 e pode ser caracterizado como uma luta para a superação do modelo anterior. O presente trabalho concentrou-se nos determinantes da sua constante evolução no Brasil e no estado do Amazonas nas décadas de 1990, 2000 e 2010.

Para verificarmos os fatores que contribuíram para o aumento da participação feminina na atividade econômica tornou-se necessário, a princípio, uma análise do cenário macroeconômico nacional, a fim de mensurarmos como o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos poderia afetar o mercado de trabalho.

No decorrer do trabalho pôde-se constatar que o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho formal brasileiro se deu por diversos motivos. Inicialmente, com a necessidade de contribuir para as despesas domésticas, seguido por fatores como a diminuição da taxa de fecundidade, aumento do nível de escolaridade, globalização e flexibilização da força de trabalho. Esse crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho acaba levando a mulher a uma dupla jornada de trabalho, pois elas continuam responsáveis pelas tarefas domésticas.

Na comparação por gênero, notou-se que as mulheres apresentam maior nível de escolaridade em relação os homens. Elas são minoria entre os empregados que se encontram formalmente ocupados e que são analfabetos, tanto nacionalmente, quanto no estado do Amazonas. Entre os empregados formais elas também se destacam entre os que possuem nível superior.

Constatou-se que o aumento da participação da mão de obra feminina no mercado de trabalho formal e aumento da sua renda se deram principalmente pela queda da taxa de fecundidade - pois com uma quantidade menor de filhos as mulheres podem se dedicar mais nas tarefas domésticas e no trabalho, ao contrário do que quando tinham um número de filhos maior; e a expansão da escolaridade, que por sua vez, torna possível o ingresso à novas oportunidades de trabalho. Outro fator que afetou o mercado de trabalho feminino nos anos noventa, levando o mesmo a uma expansão, foi a globalização.

No que diz respeito aos setores da atividade econômica em que predominava a mão de obra de feminina no mercado de trabalho formal no estado do Amazonas ao longo das décadas analisadas, observou-se que elas são predominantes nos setores da administração pública, indústria de transformação e comércio.

Na década de 1990, o grau de instrução predominante entre o total de mulheres que ocupavam um cargo na administração pública era o ensino médio completo. Na indústria de transformação, predominava mulheres com 6ª ao 9º ano do ensino fundamental. No comércio, o grau de instrução predominante entre elas também foi o ensino médio completo.

Nos anos 2000 e 2010, o grau de instrução predominante entre o total de mulheres que ocupavam um cargo nos setores citados era o ensino médio completo.

## REFERÊNCIAS

III CONGRESSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS. **A mulher e o mercado de trabalho:** a dinâmica nacional (1990-2008). Disponível em: <  
[http://anais.unicentro.br/concisa/iiiconcisa/pdf/resumo\\_47.pdf](http://anais.unicentro.br/concisa/iiiconcisa/pdf/resumo_47.pdf). Acesso em 02/07/2014.

ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana. O mercado de trabalho no contexto da reestruturação. **Mulher e Trabalho Experiências de ação afirmativa** S.P, Boitempo Editorial, abril de 2000.

ALBERNAZ, Angela. **A melhoria da qualidade da educação no Brasil: um desafio para o século XXI.** Disponível em: <  
[http://www.iets.inf.br/biblioteca/A\\_melhoria\\_da\\_qualidade\\_da\\_educacao\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.iets.inf.br/biblioteca/A_melhoria_da_qualidade_da_educacao_no_Brasil.pdf). Acesso em 27/06/2014.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Séries Temporais.** Brasília, 2009. Disponível em:  
<http://www.bcb.gov.br/?DIVIDADLSP>. Acesso em: 13/03/2014.

\_\_\_\_\_. **Tabelas Especiais.** Brasília, 2009. Disponível em:  
<http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>. Acesso em: 09/07/2014.

\_\_\_\_\_. **Série Histórica do Balanço de Pagamentos.** Brasília, 2009. Disponível em: <  
<http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>. Acesso em: 13/03/2014.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial. O trabalhador e o processo de integração mundial.** Washington, 1995.

BORGES, Nathalia. **A Evolução Recente da Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro:** perspectiva social e econômica. Disponível em: <  
<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:tgLczcKMWPUJ:www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/%3Fdown%3D000475131+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 27/06/2014.



BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. **Características do Emprego Formal – RAIS 2010.** Principais Resultados. Disponível em: <  
<http://www3.mte.gov.br/rais/2010/arquivos/Apresentacao.pdf>. Acesso em 02/06/2014.

BRUSCHINI, Maria C. LOMBARDI, Maria Rosa. **A Bi-Polaridade do Trabalho Feminino no Brasil: O Emprego Doméstico e as “Novas” Ocupações.** Mulher e Ocupação 1999.

BRUSCHINI, Maria C. A. **Trabalho das Mulheres no Brasil: continuidade e mudanças no período de 1985-1995.** Textos FCC. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998. Disponível em:

<[http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/textos\\_fcc/arquivos/1328/arquivoAnexado.pdf](http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/textos_fcc/arquivos/1328/arquivoAnexado.pdf). Acesso em 19/05/2014.

\_\_\_\_\_. Maria C. A. **O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes.** Textos FCC. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998. Disponível em: <  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16102/14646>. Acesso em 13/03/2014.

\_\_\_\_\_. Maria C. A. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos.** Textos FCC. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998. Disponível em: <  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742007000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300003). Acesso em 13/03/2014.

\_\_\_\_\_. Maria C. A. **Mulheres no Mercado de Trabalho: Grandes números.** Textos FCC. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998. Disponível em: <  
<http://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie1.php?area=series>. Acesso em 14/03/2014.

\_\_\_\_\_. Maria C; LOMBARDI, Maria R. **O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa.** Disponível em: <  
<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1996/T96V1A24.pdf>. Acesso em 27/06/2014.

\_\_\_\_\_. Maria C. **Mulher e trabalho: avanços e continuidades; trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132.pdf>. Acesso em 23/05/2014.

CHAHAD, José P Z. **Mercado de trabalho:** Conceito, definições e funcionamento. In: PINHO, Diva B. & VASCONCE LLO S, Marco A.S. de (Orgs.), Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 1992.

CHAHAD, J. P. Z. ; POZZO, R. G. . **Mercado de Trabalho no Brasil na Primeira Década do Século XXI:** Evolução, Mudanças e Perspectivas - Demografia, Força de Trabalho e Ocupação. Boletim Informações FIPE, v. -, p. 13-32, 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira metade da década dos anos 2000.** São Paulo: DIEESE, 2012. Capítulo 4: O mercado de trabalho formal brasileiro na última década. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>. Acesso em 13/05/2014.

\_\_\_\_\_. **O mercado de trabalho formal brasileiro Resultados da Rais 2011.** Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec116rais.pdf>. Acesso em 02/06/2014.

FILHO, Naercio A M. **A Evolução da Educação no Brasil e seu Impacto no Mercado de Trabalho.** Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/421882b1-d645-4f87-99a0-7064952e8bb0.pdf>. Acesso em 28/05/2014.

FOGAÇA, Azuete; SALM, Cláudio L. **Educação, trabalho e mercado de trabalho no Brasil.** Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000400021&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000400021&script=sci_arttext). Acesso em 28/05/2014.

GIAMBIAGI, F. **Finanças Públicas:** Teoria e Prática no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 280.

GUIMARÃES, Henrique. **Mercado de trabalho, escolaridade e renda no Brasil – 1988 a 1996.** Disponível em: <

[http://www.fundaj.gov.br/geral/educacao\\_foco/mercado%20de%20trabalho.pdf](http://www.fundaj.gov.br/geral/educacao_foco/mercado%20de%20trabalho.pdf). Acesso em 27/05/2014.

HIRATA, Helena. **Globalização e divisão sexual do trabalho**. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332002000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332002000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em 24/06/2014.

HERMANN, J et al. **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, vários anos.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico**, diversos números.

\_\_\_\_\_. **Série Histórica do PIB**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000007765203112012522606619383.xls>. Acesso em 28/01/2014.

**IPEA: O Brasil em quatro décadas**. Disponível em: < [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1663/1/TD\\_1500.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1663/1/TD_1500.pdf). Acesso em 25/01/2014.

LETELIER, Maria E G. **Escolaridade e inserção no mercado de trabalho**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a05.pdf>. Acesso em 28/05/2014.

MAIA, Katy; LIRA, Sachiko Araki. **A mulher no mercado de trabalho**. IPEA. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/seminários/artigo11](http://www.ipea.gov.br/seminários/artigo11). Acesso em 11/04/2013.

MELO, Hildete P. **Globalização, políticas neoliberais e relações de gênero no Brasil**. Disponível em: < <http://www2.fpa.org.br/uploads/hildete.pdf>. Acesso em 19/05/2014.

MINTO, Lalo W. **Teoria do Capital Humano.** Disponível em: <  
[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_teor%C3%ADa\\_%20do\\_capital\\_humano.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teor%C3%ADa_%20do_capital_humano.htm). Acesso em 31/05/2014.

MIRANDA, Glaura V. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 15, dez. 1975. P. 21-36.

MORAES, Geasi. **Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho amazonense.** Disponível em:  
<[http://www.tede.ufv.br/tesesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=4308](http://www.tede.ufv.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4308). Acesso em 17/03/2014.

NASCIMENTO, Edson R; SOUZA André F de. **Uma breve análise do Balanço de Pagamentos no Brasil.** Disponível em: < <http://sandra-vidaacademica.blogspot.com.br/2012/03/uma-breve-analise-da-evolucao-do.html>. Acesso em 26/02/2014.

NOGUEIRAS, Claudia M. **O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo do Brasil.** Disponível em: <  
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/if/marx/documentos/22/O%20trabalho%20femenino%20e%20a.pdf>. Acesso em 13/03/2014.

POZZO, Rafaella G; CHAHAD, José P Z. **Mercado de Trabalho no Brasil na Primeira Década do Século XXI: Evolução, Mudanças e Perspectivas – Demografia, força de trabalho e ocupação.** Disponível em: <  
[http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2013/5\\_13-32-chahad-pozzo.pdf](http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2013/5_13-32-chahad-pozzo.pdf). Acesso em 17/03/2014.

REMY, Maria; QUEIROZ, Silvana; FILHO, Luis. **Evolução recente do emprego formal no Brasil: 2000-2008.** Disponível em:  
<[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs\\_pdf/tema\\_13/abep2010\\_2589.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_13/abep2010_2589.pdf). Acesso em 15/04/2014.

ROSEMBERG, Fúlvia; PINTO, Regina P. e NEGRÃO, Esmeralda V. **A educação da mulher no Brasil**. São Paulo: Global Ed., 1982. (Teses; 8)

SANTOS, Leandro dos; ARUTO, Pietro C; FILHO, Osnildo V. **Análise conjuntural da mulher no mercado de trabalho catarinense**: estrutura do mercado de trabalho formal. Disponível em: <<http://www.sst.sc.gov.br/sine/arquivos/analise/Mulher-no-mercado-de-trabalho.2013.pdf>>. Acesso em 23/05/2014.

SEGNINI, Liliana R P. **Educação e trabalho**: Uma relação tão necessária quanto insuficiente. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200011&script=sci_arttext)>. Acesso em 27/06/2014.

VENTURI, Aline; MATTEI, Lauro. **Mudanças no mercado de trabalho e a condição da inserção da mulher catarinense**. Disponível em: < [http://www.apec.unesc.net/II%20EEC/sesoes\\_tematicas/Demografia/Artigo1.pdf](http://www.apec.unesc.net/II%20EEC/sesoes_tematicas/Demografia/Artigo1.pdf)>. Acesso em 01/06/2014.

QUIRINO, Raquel. **Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos**. Disponível em: <[http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/revistatecnologiaesociedade/rev15/r15\\_a5.pdf](http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/revistatecnologiaesociedade/rev15/r15_a5.pdf)>. Acesso em 23/05/2014.